



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP**

RENATA CORDEIRO RODRIGUES

**A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA E INDÍGENA NA REDE DE ENSINO: UM ESTUDO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/08 NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CAUCAIA**

**FORTALEZA - CEARÁ
2016**

RENATA CORDEIRO RODRIGUES

A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA E INDÍGENA NA REDE DE ENSINO: UM ESTUDO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/08 NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CAUCAIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho

FORTALEZA - CEARÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rodrigues, Renata Cordeiro.

A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da lei nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia. [recurso eletrônico] / Renata Cordeiro Rodrigues. - 2016.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 94 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais..
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Lei 11.645/08. 2. Cultura afro-brasileira e indígena. 3. Escolas públicas municipais. I. Título.

RENATA CORDEIRO RODRIGUES

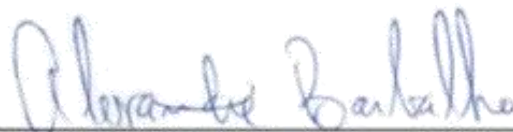
A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
E INDÍGENA NA REDE DE ENSINO: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA
LEI Nº 11.645/08 NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE
CAUCAIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 21/10/2016

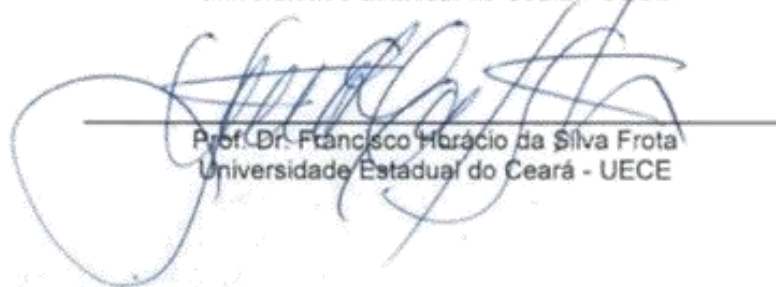
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Hrácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE

À minha maior incentivadora e melhor amiga, minha mãe, Maria Veraniza Cordeiro Lima, e à pessoa que sempre acreditou no meu trabalho e nos meus esforços, meu amado, Thiago Leite Arcanjo.

AGRADECIMENTOS

Ao ser supremo, Deus, a quem devo todas as minhas conquistas, por me propiciar forças e sabedoria e por todas as bênçãos que me concedeu nesta vida.

À minha mãe, Maria Veraniza Cordeiro Lima, por sempre incentivar e possibilitar meus estudos.

Ao meu noivo, Thiago Leite Arcanjo, pelo encorajamento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho, pela orientação e confiança.

Ao coordenador do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota, por ser sempre acessível e compreensível.

Às minhas amigas de mestrado que compartilharam comigo os momentos de aprendizado, Flávia Carvalho Mendes Saraiva, Lorena Vitor Loureiro e Elayne Cristina.

A todos os participantes deste estudo, alunos, professores e núcleo gestor das escolas de Caucaia.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão.

À minha querida madrinha e amiga, Antônia Cláudia de Paula Lima, pela disponibilidade, estímulo e crença no meu trabalho.

Enfim, a todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para a conclusão dessa etapa.

“Procure conseguir sabedoria e compreensão. Não esqueça, nem se afaste do que eu digo. Não abandone a sabedoria, e ela protegerá você. Ame-a, e ela lhe dará segurança. Para ter sabedoria, é preciso primeiro pagar o seu preço. Use tudo o que você tem para conseguir a compreensão.”
(Provérbios 4:5-7 NTLH)

RESUMO

O ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” se faz obrigatório nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a partir da sanção da Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A implementação da Lei sancionada, tem por objetivo difundir as culturas negra e indígena no âmbito da formação da sociedade brasileira. Esta pesquisa trata de questões inerentes a aplicabilidade da referente Lei nos ambientes escolares, buscando a compreensão das conquistas relativas ao processo da formação de identidade cultural da sociedade nacional. Para tanto, foi feito um estudo quali-quantitativo, com aplicação de questionários aos alunos, do 8º e 9º ano, de duas escolas, localizadas no Município de Caucaia, no Estado do Ceará, onde também, através de visitas externas foi possível proferir um estudo por meio da observação. A obrigatoriedade do ensino das temáticas propostas pela Lei implica a necessidade de abordagem na docência de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio. Ao observar as grades curriculares do ensino fundamental dos anos finais, das escolas municipais de Caucaia, foi possível constatar que se faz alusão apenas à Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visando a inclusão da temática afro-brasileira, sem menção referente a questão indígena. Foi possível observar o desconhecimento dos educadores e da comunidade escolar acerca da Lei e da obrigatoriedade dos seus estudos e, portanto, o despreparo para difundir tais saberes ou lidar com questões relativas a discriminação e ao preconceito, presentes no cotidiano dos alunos. A legislação existente é essencial para o exercício das políticas públicas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais, no entanto, não existe eficácia em sua implementação, devido a inexistência do preparo dos educadores escolares para colocá-la em prática de forma efetiva.

Palavras-chave: Lei 11.645/08. Cultura afro-brasileira e indígena. Escolas públicas municipais.

ABSTRACT

The teach of the theme "History and Culture Afro-Brazilian and Indigenous" is made required in public and private schools, from the sanction of Law No. 11.645, of 10 March 2008, amending Law No. 9.394 of 20 December 1996, that establishes the guidelines and bases of national education. The implementation of this law aims to spread the black and indigenous cultures in the formation of Brazilian society. This research deals with issues relating to the applicability of the related Law in school environments, searching to understand the achievements concerning the process of cultural identity formation of national society. That way, it was made a qualitative and quantitative study with questionnaires applied to students, of the 8th and 9th year, at two schools, located in the city of Caucaia, in the state of Ceará, where also through external visits was possible execute a study through observation. The mandatory education of the themes proposed by Law implies the need to approach the teaching of all subjects in the curriculum of basic education, which includes primary and secondary education. Observing the curriculum of elementary school of the final years of municipal schools in Caucaia, it was found that it mentions only to the Law 10.639 of 09 January 2003, which also amends the Law of Guidelines and Bases of National Education, aiming at the inclusion of Afro-brazilian theme, without mention of indigenous questions. It was possible to observe the lack of knowledge of teachers and the school community about the law and the requirement of their studies, and therefore the lack of prepare to spread that knowledge or dealing with questions about discrimination and prejudice present in the students lives. The existing legislation is essential to the exercise of public policies that contribute to the reduction of social inequalities, however, there is not effectiveness in implementation because exist the lack of preparation of school teachers to put it into practice effectively.

Keywords: Law 11.645/08. African-brazilian and indigenous culture. Public municipal schools.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena.....	16
Tabela 2 – Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação de domicílio.....	17
Tabela 3 – Variável 13 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	19
Tabela 4 – Variável 10 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários nas escolas de Caucaia.....	33
Tabela 5 – Variável 11 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	33
Tabela 6 – Variável 20 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	38
Tabela 7 – Variável 19 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	41
Tabela 8 – Variável 06 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	48
Tabela 9 – Variável 17 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	50
Tabela 10 – Variável 07 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	51
Tabela 11 – Variável 21 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia.....	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTOS PARA ABORDAGEM HISTÓRICA	16
2.1	ABORDAGENS HISTÓRICAS	18
2.1.1	Povos Indígenas no Brasil	20
2.1.2	O Negro na Sociedade Brasileira	24
2.1.3	As Sociodiversidades no Brasil	29
3	A EDUCAÇÃO INDÍGENA E AFROBRASILEIRA NO CONTEXTO HISTÓRICO	32
3.1	A EDUCAÇÃO INDÍGENA	34
3.2	A EDUCAÇÃO PARA O NEGRO	39
4	AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAUCAIA E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA LEI	44
4.1	ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL FLÁVIO PORTELA MARCÍLIO	45
4.2	ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PEDRO LAURINO DE OLIVEIRA	46
4.3	SOBRE O QUE DIZ A LEI 11.645/08.....	46
4.3.1	A Prática Docente nas Escolas Municipais de Caucaia	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	63
	APÊNDICE A – RELATÓRIO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO GERADO PELO <i>SPSS STATISTICS</i> EDITOR DE DADOS.....	64
	ANEXOS	71
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA.....	72
	ANEXO B – GRADE CURRICULAR COM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAUCAIA – ANOS INICIAIS.....	76
	ANEXO C – GRADE CURRICULAR COM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAUCAIA – ANOS FINAIS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos distintos grupos sociais conquistaram e ocuparam espaços sociopolíticos no Brasil. Diferentes expressões socioculturais passaram a ser reconhecidas e respeitadas. A luta pelo reconhecimento nas diferentes identidades étnicas e culturais demonstra a necessidade da realização de discussões para a implementação de políticas públicas que correspondam às demandas de direitos sociais específicos.

A Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Isso demonstra a busca pela melhoria dos direitos sociais e a real necessidade da realização de ações estratégicas para a implantação de novas políticas que visam beneficiar a todos e especialmente o reconhecimento da sociodiversidade no Brasil.

Portanto, a Lei Nº 9.394/96 passa a vigorar acrescida dos Artigos 26-A, 79-A e 79-B, que afirmam que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e discorrem sobre o conteúdo programático e a inclusão do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

O Município de Caucaia, localizado na região metropolitana de Fortaleza, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), possui cerca de 40% dos índios que habitam o Estado do Ceará, cuja população absoluta por situação de domicílio é composta por 2.706 índios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 1991/2010. Além da representação indígena, foram detectadas comunidades remanescentes de quilombos. O fato incentivou a Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (SME) a voltar-se para a diversidade e o cumprimento da Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei Nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e posteriormente a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, acrescentando a temática indígena.

O envolvimento da SME acarretou em uma investigação realizada, no ano de 2013, pelo até então, Núcleo de Africanidades, Indígenas e Educação do Campo (NAIEC), que detectou a existência de 722 famílias remanescentes de quilombos

vivendo em diversas regiões do município. Sendo 520 famílias reconhecidas pela Fundação Palmares¹ e 202 famílias em processo de reconhecimento.

De acordo com Petit et al. (2013) a Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, a fim de promover ações voltadas para o desenvolvimento da educação adquiriu diversos livros para compor o acervo bibliográfico de todas as escolas públicas municipais e realizou ações que possibilitassem a discussão entre professores e alunos que buscassem estabelecer o diálogo entre as temáticas sugeridas e a prática local. Diante disso, faz-se necessária a reflexão permanente sobre os propósitos, alcances e limites, especialmente levando-se em conta a forma como as temáticas abrangidas pela Lei, são contempladas nos conteúdos programáticos das escolas.

Segundo Siquelli (2013) a temática acerca da inclusão das diferenças étnicas nas práticas pedagógicas escolares brasileiras vem a atender uma situação educacional pungente do momento. Discutir esse conteúdo de forma pedagógica é papel dos profissionais escolares responsáveis pela educação de crianças e jovens brasileiros dentro das instituições de ensino.

A Lei Nº 11.645/08 entrou em vigor no ato de sua publicação, no entanto, nem todas as escolas do País tiveram a sua implementação efetivada. Muitas são as dificuldades para ministrar de forma eficaz os assuntos delimitados pela Lei. Para isso, são necessárias ações que possibilitem o entrosamento entre professor e aluno a respeito das temáticas sugeridas.

Como a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” no conteúdo programático das escolas é relativamente recente, alguns fatores como a aceitação, compreensão e valorização da temática, tanto por alunos, como por professores, devem ser acompanhados, a fim de observar e analisar os resultados da inserção dessa temática no currículo escolar.

O principal objetivo deste estudo é Investigar o desenvolvimento da implementação da Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, nas Escolas de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Flávio Portela Marcílio e Pedro Laurino de Oliveira, localizadas no município de Caucaia, no Estado do Ceará, e assim poder Investigar a inserção do conteúdo programático nas escolas e verificar o processo de

¹ Fundação Cultural Palmares: Entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira.

implementação da Lei nas escolas do Município, bem como sua consolidação, observar se os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, examinar a aceitação dos conteúdos programáticos pelos alunos dessas escolas, além de considerar se os professores realmente estão aptos a ministrar as temáticas estabelecidas.

A realização desta pesquisa obteve como referência duas escolas públicas municipais, localizadas no Município de Caucaia, através das quais foi verificada a implementação da Lei Nº 11.645/08 e a inserção do conteúdo programático nas escolas, proposto. Partindo do pressuposto de que um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada, foi realizada uma pesquisa em campo, buscando obter o fenômeno do estudo, a partir da perspectiva dos atores envolvidos, considerando pontos de vista relevantes. Para tanto, foram aplicados questionários aos alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental. Além desses atores, professores, diretores e coordenadores também foram convidados a se manifestarem a respeito das atividades concernentes à lei 11.645/08, desenvolvidas pelas escolas em questão. Portanto, foi observada a importância da realização de uma abordagem quali-quantitativa.

Para este estudo foi utilizada a pesquisa de natureza descritiva, visando o incentivo aos entrevistados a pensarem livremente sobre o assunto em questão, através da abordagem quali-quantitativa. Segundo Minayo (2010) as relações entre quantitativo e qualitativo devem ser pensadas como complementares, de modo que as relações sociais venham a ser aprofundadas. Assim, a análise quantitativa pode gerar questões a serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

Foi realizado um estudo, por meio de observação e aplicação de questionários, tendo em vista traduzir e expressar a qualificação da inserção dos conteúdos programáticos, a sua contribuição para o apoio e valorização das diversidades culturais e a efetivação da implementação da Lei 11.645/08 nas escolas da rede municipal de ensino de Caucaia.

Os questionários foram elaborados priorizando aspectos como: a redação das questões, as formas de análise dos dados, a margem de erro, a relação do questionário com a formação do banco de dados e o processo de seleção dos indivíduos que compuseram a amostra.

O processo de coleta de dados ocorreu durante o horário das aulas com a presença dos professores, que puderam auxiliar caso os alunos não compreendessem algumas das questões. Os questionários foram distribuídos e aplicados simultaneamente para os alunos que se encontravam em uma mesma turma. Foi feita uma leitura em voz alta para que todos pudessem entender sobre quais questões se tratavam e após a leitura os estudantes puderam responder as perguntas livremente, sem intervenções ou interferências. Foram entrevistados 462 alunos, entre 12 e 17 anos de idade, de um total de 1.655 alunos, de toda a comunidade escolar, das duas escolas.

Após a coleta, os dados foram inseridos no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), *software* para análise estatística de dados, onde foi possível observar o resultado da análise estatística dos dados coletados a partir dos questionários. A amostra do questionário foi selecionada aleatoriamente, com um intervalo de confiança de 95%, um erro de 0,05, sendo identificada através da fórmula, destacada no exemplo a seguir:

$$n = \frac{z^2 pqN}{(N-1)e^2 + z^2 pq}$$

A fórmula é descrita da seguinte maneira: n = tamanho da amostra, z = 1,96 (para o intervalo adotado de 95%), e = 0,05 (erro adotado), p = 0,5 (proporção populacional que garante o maior intervalo possível), q = $1 - p$ = 0,5. O referido cálculo resultou em um total de amostra de 462 alunos, que foram entrevistados nas duas escolas, obtendo um relevante nível de confiança para a pesquisa.

Foram utilizados como recursos de pesquisa: visitas externas às duas escolas localizadas no Município de Caucaia, e a elaboração de questionários, visando obter uma veracidade de informações para um resultado de acordo com a realidade. Objetivou-se ter como prioridade a consistência das questões, uma linguagem acessível, um número de questões pertinentes com o assunto e a obediência de uma determinada ordem, levando em conta a amostra.

Devido a necessidade de conhecer os motivos para a criação da Lei 11.645/08 foi possível também, através deste estudo, estabelecer uma reflexão a respeito da trajetória do negro e do índio, suas condições de vida, assim como sua marginalização educacional, visando perceber se, a partir dessa política, tendo os

espaços escolares como difusores do conhecimento, está sendo realizada uma política de informação ou se esse processo proveniente da Lei, pode contribuir para formar o tipo de sujeito que se pretende ter na sociedade. A partir do reconhecimento da formação do indivíduo e da sociedade brasileira.

A existência da Lei estudada nos permite indagar como os alunos, professores e a comunidade em si, compreendem a realidade sociocultural do País e de suas próprias comunidades a partir da sua implementação. Segundo Petit et al. (2013) o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo só será real quando os moradores da região passarem primeiro a se autorreconhecerem como tal, partindo para a mobilização pelos direitos políticos e socioculturais.

A obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, não é apenas uma busca pelo reconhecimento de uma realidade histórica, mas também, atual. Para o município de Caucaia, a inserção desses novos conteúdos poderá ter caráter explicativo, já que ainda existem comunidades remanescentes tanto, quilombolas, quanto indígenas.

Visando perceber a aplicabilidade da Lei nos ambientes escolares, fez-se necessário um estudo aprofundado sobre a efetivação da sua implementação nas escolas. De tal modo foi possível refletir se os ensinamentos existentes nos espaços escolares podem propiciar a desconstrução de estereótipos perpetuados ao longo dos anos, sobre a construção da sociedade em que vivemos.

2 FUNDAMENTOS PARA ABORDAGEM HISTÓRICA

De acordo com o IBGE 2010, o Brasil é considerado o segundo maior País do mundo com população negra, contendo 96.795.294 de habitantes que se declararam negros no Censo Demográfico 1991/2010, atrás apenas da Nigéria.

A população declarada indígena no País consta de 817.963 indígenas (2010), conforme a população residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena. Ao contrário do que muitos poderiam questionar ou pensar essa população se mostra em crescimento. O que se pode perceber é que essa crescente é proveniente das áreas rurais, enquanto na região urbana acontece o processo inverso. A tabela a seguir mostra a população residente, indígena e não indígena localizada em áreas urbanas e rurais, nos últimos dez anos.

Tabela 1. População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena

POPULAÇÃO	1991	2000	2010
TOTAL	146.815.790	169.872.856	190.755.799
Não indígena	145.986.780	167.932.053	189.931.228
Indígena	294.131	734.127	817.963
Urbana	110.996.829	137.925.238	160.925.792
Não indígena	110.494.732	136.620.255	160.605.299
Indígena	710.26	383.298	315.180
Rural	358.189.61	319.476.18	298.300.07
Não indígena	354.920.49	313.117.98	293.259.29
Indígena	223.105	350.829	502.783

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

No município de Caucaia, a realidade em relação a população indígena é diversificada. De acordo com dados oficiais do IBGE, o Município possui 2.706 indígenas, sendo 2.473 localizados em área urbana e 233 em área rural. No entanto, é importante salientar que de acordo com o depoimento de residentes indígenas, em especial da presidente da Associação dos Professores Indígenas Tapeba (APROINT), senhora Margarida Teixeira Gomes, a população residente indígena em Caucaia é muito superior ao informado pelo IBGE. (GOMES, 2014).

A Tabela 2, a seguir, mostra, de acordo com os dados oficiais, a relação dos municípios com a maior população indígena, no Estado do Ceará. A tabela demonstra a população urbana, onde há a maior parte de residentes e a rural, onde

se encontra a menor parte da população. É possível observar que independente dos dados oficiais mostrarem uma menor quantidade de indígenas em relação a declaração da referida Presidente, Caucaia é o segundo município com a maior população indígena do Estado.

Tabela 2. Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação de domicílio.

Nº	Total		Urbano		Rural	
	Município	POP	Município	POP	Município	POP
1	Fortaleza	3.071	Fortaleza	3.071	Itarema	2.032
2	Caucaia	2.706	Caucaia	2.473	Monsenhor Tabosa	1.441
3	Itarema	2.258	Maracanaú	1.480	Maracanaú	720
4	Maracanaú	2.200	Poranga	1.102	Itapipoca	365
5	Monsenhor Tabosa	1.934	Crateús	582	Aratuba	306
6	Poranga	1.173	Monsenhor Tabosa	493	Pacatuba	251
7	Pacatuba	744	Pacatuba	493	Caucaia	233
8	Crateús	613	Juazeiro do Norte	354	Novo Oriente	183
9	Itapipoca	403	Aquiraz	324	Acaraú	180
10	Juazeiro do Norte	355	Itarema	226	Quiterianópolis	147

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Esses dados confirmam que ainda há uma forte presença da população que se identifica indígena no Brasil, demonstrando assim, a importância de se trabalhar às políticas voltadas para as diversidades. É importante salientar que dados não oficiais, conforme dito anteriormente, expressam que pode existir ainda um número maior de índios vivendo no Brasil. Especialmente em Caucaia, cujos dados da APROINT, informam haver uma população bem mais numerosa.

Portanto, vemos a importância de refletir sobre as políticas públicas voltadas para o reconhecimento da contribuição dos povos indígenas para a construção do meio em que vivemos. A política de acesso a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, não apenas pode auxiliar na identificação da formação da sociedade brasileira, como poderá fortalecer o processo de identidade própria dos alunos das escolas de Caucaia, visto que a escola é considerada por muitos um dos principais espaços para a reflexão, conscientização e aprendizagem sobre as diferenças que norteiam a variedade cultural e étnico-racial brasileira.

2.1 ABORDAGENS HISTÓRICAS

A Lei Nº 11.645/08, que sugere novas diretrizes curriculares para o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena foi criada com o intuito de promover a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos citados, visando disseminar a importância do negro e do índio na formação da sociedade nacional e de acordo com a própria Lei, resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

De acordo com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os professores devem ressaltar, em sala de aula, a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, os pensamentos e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura, que envolve a música, a culinária, a dança, e as religiões de matrizes africanas, bem como indígenas.

Ao analisar o desenvolvimento da implementação da Lei Nº 11.645/08 foi possível estudar e conhecer um pouco sobre a resignificação e valorização cultural das matrizes africanas e indígenas, que formam a diversidade cultural brasileira. Deste modo, foi possível indagar sobre a importância de conhecermos os conteúdos acerca das culturas afro-brasileiras e indígenas. É importante conhecermos a história, para sabermos como nos concebemos e onde poderemos chegar, a partir de nossas trajetórias. Nossas memórias são traços de quem somos e, embora muitas vezes esquecidas, essas memórias advindas do passado histórico podem contribuir para o reconhecimento do ser, enquanto indivíduo.

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOEUR, 1994 apud DURAM; BENTIVOGLIO, 2013, p. 231).

De acordo com Borges (2010), A inserção nos conteúdos programáticos das escolas, sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, é de crucial importância para o ensinamento das diversidades, sendo um momento em que se busca valorizar a história e cultura do próprio povo brasileiro, além de ser,

sobretudo, “[...] uma oportunidade histórica de reparar danos, que se repetem há cinco séculos” (BORGES, 2010, p. 82).

A aplicação dos questionários para 462 alunos do 8º e 9º ano de duas escolas municipais de Caucaia demonstra claramente a inserção da temática, aqui abordada, ainda não é totalitária, nos conteúdos programáticos das escolas. Quando questionados se os temas pertinentes à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena costumam ser comentados pelos professores durante as aulas, como é possível observar na Tabela 3, e no Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados (ANEXO B), 37,2% dos alunos falaram que os temas não são abordados, enquanto 53,7% afirmaram que sim e 9,1% não responderam a pergunta. Podemos observar na tabela a seguir, que para 172 alunos, do total de entrevistados, não é perceptível os comentários realizados pelos professores acerca dessa temática, faltando a sua inclusão nos conteúdos programáticos disseminados em sala de aula.

Tabela 3 - Variável 13 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 13 - Na sua escola a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena são comentadas pelos professores durante as aulas?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	248	53,70
Não	172	37,20
Não responderam	42	9,10
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao chegar a esse número já podemos ter uma noção, através desses dados, que aquilo que é primordial para a implementação efetiva da Lei estudada, a abordagem da temática, não é trabalhada de forma ampla, visto que nem todos os alunos possuem acesso à temática pelos professores das escolas, ou seja, ainda existe uma parcela desses alunos para os quais não existe disponibilidade da temática em questão.

2.1.1 Povos Indígenas no Brasil

Pouco se sabe, ou se compreende do desenvolvimento histórico indígena em terras brasileiras, antes da colonização. O que se pode observar nos acervos de pesquisa é a presença marcante dos moldes culturais e dos traços presentes nos costumes, hábitos e comportamentos da população, já predominante antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Segundo Cunha (2012), a história está onipresente. Está presente, primeiro, moldando unidades e culturas novas, cuja homogeneidade reside, muitas vezes, numa trajetória compartilhada.

Para chegarmos ao conhecimento e tentarmos fazer uma reflexão da importância da presença indígena, na formação da identidade brasileira, é necessário nos remeter ao passado e pensar como se deu, efetivamente, essa história.

A narrativa geralmente perpassada nos currículos educacionais do ensino básico, nos remonta há um pouco mais de 500 anos, quando os europeus chegaram ao território brasileiro dando início à colonização. E assim temos toda uma construção da temática, baseada não desde a origem real da fundamentação indígena brasileira e sim, desde o período da era colonial.

Segundo Ribeiro (1995), o que posteriormente viria a ser o Brasil não era ainda uma nação, mas sim uma miríade de povos tribais falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua que, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que logo se desconheciam e se hostilizavam.

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Somavam, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes. (FERNANDES, 1949 apud Ribeiro, 1995 p. 31).

Com críticas, de acordo com OLIVEIRA; FREIRE (2006), O historiador John Hemming elaborou detalhadas tabelas por região, estimando em 2.431.000 a população indígena no Brasil, no ano de 1500. Os autores lembraram também a diminuição dessa população ocorrida através de guerras de conquista, extermínio e escravização, além do contágio de doenças, como a varíola, o sarampo e a tuberculose e a promoção de grandes deslocamentos para escapar à escravidão e

às consequências das moléstias trazidas pelos europeus. Ainda de acordo com os referidos autores, com a instalação dos europeus, surgiu a necessidade de uma articulação política e a legislação da colônia era subordinada a legislação da metrópole e assim funcionava o sistema. Em seguida conheceu-se a força do trabalho indígena, através do escambo, onde eram trocadas mercadorias e quinquilharias, pelo o pau-brasil, muito valorizado na Europa.

O contato dos povos indígenas com os invasores coloniais – portugueses, franceses, holandeses etc. – não pode ser reduzido ao binômio extermínio e mestiçagem. Desde as primeiras relações de escambo (Marchant, 1980), passando pelas inúmeras alianças guerreiras até o desespero causado pelas epidemias de varíola, cada povo indígena reagiu a todos os contatos a partir do seu próprio dinamismo e criatividade. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.51).

Muitos acreditam ter existido pouca resistência indígena, apesar de tantas guerras travadas explicitadas nos livros de história. No entanto, essa resistência foi caracterizada por uma diversidade de formas.

Havia clivagens internas às aldeias indígenas provocando conflitos diversos, assim como os problemas de sucessão e as guerras intertribais somavam-se às diferentes políticas portuguesas para índios aliados ou “bravos”. Ao mesmo tempo em que alianças comerciais eram estabelecidas com índios “mansos”, os índios “hostis” sofreram com as “guerras justas” estabelecidas por D. João VI diante dos Botocudos de Minas Gerais e dos Kaingang de São Paulo a partir de 1808. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 84)

Com o decorrer dos anos, a definição de índio passou a ser uma questão legal e, com a independência das colônias, alguns países estabeleceram diferentes legislações. De acordo com a FUNAI, a primeira agência do Brasil a gerenciar os povos indígenas foi o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI). Regulamentado pelo Decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o projeto do SPI instituía a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. Um dos focos do projeto embasava-se no fato de que a própria política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformando o índio em um trabalhador nacional. De acordo com o próprio Decreto, são regulamentadas questões referentes à proteção aos índios, às terras ocupadas por índios, os índios aldeados, os índios nômades e os que se mantiveram em promiscuidade com civilizados das povoações indígenas, a

localização de trabalhadores nacionais, a distribuição dos trabalhos, entre outros. O SPILTN foi criado a partir das redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), do Apostolado Positivista e do Museu Nacional. As principais iniciativas do SPI desde sua criação estavam voltadas para a pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização.

Após a criação do SPI, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), através do Decreto Nº 1.794, de 22 de novembro de 1939, ligado ao Ministério da Agricultura, com a competência, de acordo com o próprio Decreto, de estudar todas as questões que se relacionem com a assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas.

Acusações de genocídio de índios e corrupção fizeram com que o SPI e o CNPI fossem extintos. Segundo o Documento Base da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (2015), o Relatório Figueiredo, realizado através da Comissão de Investigação do Ministério do Interior no Executivo Federal, denunciou violações de direitos humanos dos povos indígenas, motivando a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela Lei Nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, contendo os mesmos princípios baseados no SPI.

Em 19 de dezembro de 1973, foi sancionada a Lei Nº 6.001 que cria o Estatuto do Índio, que de acordo com seus princípios e definições, regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

Se fizermos um balanço da trajetória dos povos indígenas no Brasil até chegarmos ao século XXI, iremos nos deparar com uma nova realidade, pois as comunidades indígenas estão se adaptando ao tipo de vida do homem branco, sendo possível observar a existência de índios graduados, trabalhando em áreas que não têm nada em comum com a agricultura ou o artesanato. Portanto, observamos a necessidade do resgate de valores para que a cultura indígena permaneça atuante.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE, os povos indígenas no Brasil estão localizados principalmente na Amazônia, sendo que 60% dessa população vive na chamada Amazônia Legal, região que abrange os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e a parte oeste do Maranhão. Todos eles possuem em seu território áreas da Floresta Amazônica.

De acordo com a FUNAI, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas sim, garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas. Portanto, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto Nº 5.051/2004, em seu artigo 1º afirma que:

1. A presente convenção aplica-se:
 - a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
 - b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. (BRASIL, Decreto Nº 5.051, 2004).

Portanto, aquele que possuir consciência de sua identidade indígena, ou se autodeclarar como tal, pode ser declarado pertencente à comunidade indígena brasileira.

Trazendo essa vertente sobre a história dos índios no Brasil, para o Estado do Ceará, até a década de 1980, o Estado era considerado pelo governo, uma terra sem índios, embora muitos habitassem as terras cearenses. Segundo informações sobre a história do Ceará no portal oficial *online*, do Governo do Estado (2014), não havia dados oficiais que confirmassem sua existência, pois suas terras não eram demarcadas, portanto, os mesmos não eram reconhecidos pelo governo. Somente em 23 de julho de 1993, os índios existentes na região tiveram suas terras demarcadas oficialmente, contendo então 4.658 hectares de área.

O Ceará era habitado ancestralmente por povos indígenas do tronco tupi. No período de colonização, os portugueses tentaram estabelecer-se nas terras cearenses, mas foram surpreendidos pelos povos nativos. Conforme histórico no portal do Governo do Estado do Ceará (2014), no ano de 1637, a região foi invadida por holandeses, enviados pelo príncipe Maurício de Nassau, que tomaram o Forte São Sebastião. Anos depois, a expedição foi dizimada pelos ataques indígenas. Os

holandeses ainda voltaram ao litoral brasileiro em 1649, numa expedição chefiada por Matias Beck e se instalaram nas proximidades do rio Pajeú, no Siará, onde construíram o Forte *Schoonenborch*, local onde fica a atual Barra do Ceará.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as pessoas que vivem em terras indígenas, de uma estimativa de mais de dois milhões de índios no século XVI, em 1998 chegou-se a um total de 315.180 índios em zona urbana. No Ceará, no mesmo ano, o número foi de 19.336 indígenas em todo o Estado, dos quais, de acordo com dados IBGE, 2.706 índios são Tapebas.

Conforme entrevista concedida pela presidente da Associação dos Professores Indígenas Tapeba, Gomes (2014), os índios Tapebas estão distribuídos em aproximadamente dezessete comunidades, na cidade de Caucaia, localizada na região metropolitana de Fortaleza, e sobrevivem da agricultura, da pesca e da venda de frutos e produtos artesanais fabricados na própria comunidade. De acordo com o laudo antropológico da FUNAI (2014), os índios Tapebas foram originados a partir de três diferentes etnias: Potiguaras, Tremembés e Kariris. Sendo o nome da tribo derivado do tupi guarani. Variação fonética de "Itapeva" (Ita = pedra e peva = chato), o nome Tapeba pode significar pedra chata ou pedra polida.

A numerosa população indígena residente na região faz do Município um local com ampla diversidade cultural. É possível observar que existe um processo de incorporação do índio Tapeba ao meio em que vive o homem branco, e, ao mesmo tempo, existe também uma relutância a essa aproximação, devido a vontade de continuar seguindo preceitos e tradições. São diversas influências que favorecem essa proximidade, como fatores relacionados à religião, o vislumbre com as novas tecnologias, a moda, entre outros. Porém para os índios Tapebas, residentes em Caucaia, segundo Gomes (2014), permanecem as lutas constantes pela afirmação da identidade e pelo direito à conclusão da demarcação de terras.

2.1.2 O Negro na Sociedade Brasileira

Conhecer a história do negro na sociedade brasileira é fundamental para o reconhecimento da sua participação na construção histórica do País, conforme objetiva a própria Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Para tanto, é necessário

buscar toda a origem de subordinação e escravidão de um povo em sua fundamentação inolvidável.

De acordo com ALBUQUERQUE; FILHO (2006), no século XV, os europeus desembarcaram na África e repararam que estavam diante de modos de vida totalmente distintos. Notaram que a expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas, entre outras questões, podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro. Fato hoje conhecido como a escravidão doméstica. Nesses confrontos era comum que os vitoriosos fizessem alguns escravos utilizando-se da sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala. Portanto, os registros das primeiras explorações portuguesas ao longo da costa africana confirmam que a escravidão já existia na antiga África.

Antes que o Novo Mundo dominasse o mercado africano de escravos, o tráfico negreiro para o Oriente Médio já drenava, de modo lento, mas ininterrupto, a população local. Embora seja bastante difícil reconstruir em detalhe as variações temporais e regionais, tudo indica que as mulheres travessaram o deserto até o Marrocos, Trípoli, Egito e Arábia do Sul em número superior ao dos homens, deixando assim mais homens do que mulheres nas savanas africanas. (MANNING, 2008, p. 15)

Pacheco (2008), afirma que a escravidão como fenômeno disperso mundialmente, esteve presente na história da humanidade, desde a fase final do período Neolítico, também conhecido como Idade da Pedra, até períodos mais recentes. Esse fato é aceito amplamente em diversas pesquisas realizadas. No entanto, ainda existe muita dificuldade em se obter um consenso quanto a real origem da escravidão, o que vem a produzir várias hipóteses e vertentes.

É conhecida, de acordo com a história disseminada nas escolas para os jovens no Brasil, a busca dos europeus por novas terras, e Portugal foi um dos principais agentes da expansão europeia.

A busca dos portugueses por riquezas e rotas comerciais fazia com que eles rondassem incessantemente toda a costa africana. Sem dúvida, foi na África ocidental que a presença portuguesa foi mais evidente. Mas eles também se aventuraram, no século XV, na costa africana banhada pelo oceano Índico, onde se impressionaram com a semelhança daqueles portos, ruas e casas com as que existiam em Portugal e Espanha. Eles se deslumbraram diante das construções com vários andares e terraços, que lhes eram tão familiares. No porto de Mombaça, o movimento incessante dos barcos transportando ouro, prata, pérolas, seda, vidros, especiarias os deixaria ainda mais fascinados. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 33)

Depois de estabelecida a hegemonia portuguesa em território africano, também se estabeleceu a fortificação em torno da escravização, bem como a integração da África ao circuito comercial do Atlântico. O que determinou os rumos da região em que hoje temos o Brasil.

Segundo ALBUQUERQUE; FILHO (2006), estima-se que entre o século XVI e o século XIX mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas, sendo cerca de 4 milhões, desembarcados em portos do Brasil. Fato ocorrido com o pretexto da necessidade de povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias do Novo Mundo, como costumavam serem chamadas as terras recém descobertas de outrora. Ainda de acordo com os autores, a população escrava era submetida a péssimas condições de vida e maus-tratos, além de não se reproduzirem, na mesma velocidade e proporção da população livre. Havia um alto índice de mortalidade infantil e a expectativa de vida era muito baixa. Os escravos deveriam trabalhar em serviços domésticos e urbanos, além da agricultura, sendo realizado o cultivo de algodão, café, cana-de-açúcar, entre outros. Os negros escravos também tinham a função de se encarregarem da extração de metais preciosos.

Os europeus os trouxeram para trabalhar e servir nas grandes plantações e nas cidades, mas eles e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar as minas e produzir riquezas materiais. Os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram um elemento ativo, criador, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 43)

Relatos históricos afirmam que era comum o escravo trabalhar durante 14 ou 16 horas por dia, sendo mal alimentado e vestido, expondo-se ao clima. De acordo com o livro “Para a História do Negro no Brasil” (Brasil, 1988, p. 10), os escravos amontoavam-se em senzalas impróprias para a habitação e careciam de cuidados médicos, sendo frequentemente vítimas de doenças que se tornavam endêmicas, tais como: a tuberculose, disenteria, tifo, sífilis, verminose, malária. A média de vida útil, por isso, variava de sete a dez anos.

Além da violência física e tortura, os negros sofriam uma profunda agressão a sua cultura, sendo arrancados de seu meio social e transportados para um Novo Mundo com linguagem, hábitos, religiões e costumes desconhecidos. Conservar seus próprios costumes e tradições era uma tarefa difícil nesse meio.

Conforme Pedro (1997, p. 111), apenas atualmente, a partir de diversas pesquisas históricas e antropológicas, é possível avaliar a catástrofe cultural que representou a conquista da América pelos Europeus. O que é possível observar é a interrupção de várias experiências de organização social.

Essa situação de inferioridade a que os brancos relegavam os negros era reforçada pela ideia negativa que se tinha dos trabalhos e atividades manuais, ocasionando mais sofrimento aos escravos que trabalhavam na lavoura. Muitos tentaram resistir à escravidão e a fuga era a forma mais conhecida e arriscada para evitar cair em domínio escravagista. Essas fugas resultavam nas construções dos quilombos. De acordo com Pedro (1997, p. 120), nos quilombos os negros tentavam reconstruir a organização social que possuíam na África. Havia dificuldades culturais, pois quase nunca coincidia de os negros fugidos serem originários de um mesmo grupo. Outros meios de resistência era a violência contra o feitor, responsável pela disciplina, ou, até mesmo, o suicídio.

A escravidão no Brasil perdurou por mais de três séculos. A convergência de interesses entre grandes e pequenos escravistas foi fundamental para essa permanência. Mesmo após a Proclamação da Independência, em 1822, houve um esforço para dar prosseguimento a divisão da sociedade no País, sendo a escravidão, além de um sistema econômico, um molde de condutas, definindo as desigualdades sociais e raciais.

Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 68).

No final da década de 1860, segundo ALBUQUERQUE; FILHO (2006), o governo imperial tomou algumas iniciativas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Depois da abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, Brasil e Cuba eram os únicos Países que ainda mantinham a exploração do trabalho escravo nas Américas. Após as crescentes pressões da época, foi assinada, pela Princesa Imperial Regente, Isabel Cristina, A Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que declara extinta a escravidão no Brasil. De

acordo com a referida Lei a Princesa Regente, em nome do Imperador D. Pedro II, manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que declara extinta a escravidão no Brasil. Tal acontecimento trouxe a substituição, em grande parte, dos trabalhadores escravos por imigrantes europeus.

Apesar da existência de grandes correntes abolicionistas atuantes entre os movimentos que permearam a construção da Lei Áurea, todo o histórico do negro no País, desde sua chegada, arrancados de seu convívio cultural, acarretaram nas questões sociais que possuímos até os dias atuais. Já no início do século XX nos deparamos com as divisões de classes estabelecidas entre aqueles ex-senhores, em sua maioria, brancos e ex-escravos e/ou descendentes, estes, possuindo desde então, poucas oportunidades, em detrimento dos senhores.

Traduzia-se, assim, o desejo de manutenção de preconceitos raciais, de práticas autoritárias e de relações de dependência que haviam sustentado por tanto tempo a sociedade escravista. Depois da abolição, ficava evidente que gente de prestígio e dinheiro não estava disposta a abrir mão de sua posição sócio-racial. Os partidários dessa visão tinham a seu favor um grande argumento, as teorias raciais. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 204).

Após observar o histórico da escravização no Brasil em um contexto generalizado, ainda é difícil obter uma percepção do que realmente ocorreu e das marcas deixadas pelo passado. Observamos que as comunidades negras no País foram formadas em meio a adversidades resultantes de um histórico de opressão e que, apesar das dificuldades existentes em uma época remota, a perseverança se fez presente, tornando possível a sua ampliação.

É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros (e as negras) brasileiros constroem sua identidade e, entre ela, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. (GOMES, 2011, p. 110.)

Já era de se esperar que novos costumes e tradições culturais surgissem, já que é conhecida a luta pela resistência dos negros à escravidão. O que temos hoje no Brasil é justamente essa mistura de culturas, como língua, religião, gastronomia, valores étnicos, entre outros. Daí a dificuldade da caracterização de uma identidade nacional e do sentimento de pertencimento a essa identidade. No entanto, uma das conquistas atuais em favor da busca do reconhecimento dos

brasileiros à sua própria identidade, são justamente as Leis Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 de março de 2008.

2.1.3 As Sociodiversidades no Brasil

A compreensão de uma sociedade diversificada depende, entre outras coisas, do entendimento de sua evolução. A sociedade brasileira evoluiu em um contexto multicultural, com a existência das correlações entre brancos, africanos e indígenas. Deste modo, temos a necessidade de enxergar o Brasil como um País multicultural, com diferentes valores étnicos e quadro social diversificado.

De acordo com Souza (2009) o conceito de sociodiversidade foi elaborado através da Antropologia, tendo relação com as etnias indígenas que formam uma sociedade à parte. Já no sentido sociológico, pode-se estudar ou compreender o conceito de sociodiversidade além das questões étnicas e raciais, ou seja, além dos limites que compõem os costumes ou culturas de índios, brancos e negros, que são justamente a base da formação étnica brasileira. Assim, teríamos mais do que uma sociedade diversificada etnicamente. Teríamos uma sociedade multicultural, independente das presenças encontradas no País.

Essa multiculturalidade existente devido a sociedade diversificada pode ser definida como uma riqueza cultural, apresentada através de diferentes peculiaridades entre as regiões do País, tendo como elementos principais, aspectos como a culinária, dança e religião, que são alguns dos elementos que integram a cultura de um povo.

O que se pode observar, contudo, é que mesmo sendo a sociedade diversificada definida e organizada e com suas posições manifestadas socialmente, a mesma não está inerte aos conflitos expostos através dos casos de intolerância, rejeição, discriminação ou preconceito. O fenômeno sociológico da exclusão não tem fronteiras, está presente em diversos países, sendo um fenômeno global que atinge diversas minorias étnicas, sexuais e sociais.

O impacto da exclusão social está presente principalmente nas questões que norteiam o racismo, de natureza étnica, que pode afetar negros, índios, migrantes ou imigrantes.

Cionello (2008), afirma que o racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira, além de

ser a chave para entender as desigualdades sociais que envergonham o País. As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se exprimem nas relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos.

Várias pesquisas têm revelado a luta da população negra pela superação do racismo ao longo do tempo. Iniciando desde os quilombos que já possuíam participação na luta abolicionista, até os tempos da república com as organizações políticas, associações, imprensa negra, entre outros.

Atualmente, visando a diminuição das desigualdades sociais existentes a partir da exclusão presente dentro do círculo da sociodiversidade brasileira, foram estabelecidas políticas públicas, repensando valores e princípios, especialmente através das políticas afirmativas na perspectiva do acesso e permanência de negros em diversos setores da sociedade.

Sob a ótica do Direito Internacional público, as ações afirmativas podem ser consideradas meios de satisfação de compromissos firmados pelo Brasil em tratados internacionais de direitos humanos. Sob a ótica do Direito Constitucional, são ferramentas a serem utilizadas para o alcance dos objetivos fundamentais. Deslocando, contudo, o enfoque para o Direito Civil – ramo mais próximo à realidade cotidiana dos cidadãos – as ações afirmativas garantem a efetividade dos direitos da personalidade. Assim, dada a relevância da perspectiva civilista, é de grande importância a análise conceitual de tais direitos. (RIBEIRO, 2011, p. 170)

As ações afirmativas surgem como uma tentativa de eliminar uma realidade discriminatória com o apoio do Estado, a partir de situações em que a própria população não consegue realizar esse feito sem esse apoio. Em vista da importância da eliminação dos atos de discriminação, deve-se adotar uma postura de efetividade dessas medidas. É importante salientar que as ações afirmativas são baseadas em princípios, instrumentos, que visam dar efetividade e demarcar a atuação das ações, impondo certos limites.

Pode existir uma certa dificuldade de compreensão da sociedade em âmbito geral, de que alguns indivíduos ainda necessitem de políticas diferenciadas para que possam ter acesso às mesmas oportunidades dos demais. Esse fato ocorre justamente devido a sociodiversidade existente no Brasil. São diversos grupos raciais, sociais e étnicos que necessitam de um progresso adequado e de uma evolução paritária com o resto da sociedade, o objetivo das ações afirmativas é

justamente assegurar esse progresso. De acordo com Ribeiro (2011) compreender que alguns indivíduos necessitam de tratamento diferenciado, mesmo que aparentemente vantajoso, para o equilíbrio de oportunidades na sociedade, é fundamental para que se logre o pleno exercício da democracia.

3 A EDUCAÇÃO INDÍGENA E AFROBRASILEIRA NO CONTEXTO HISTÓRICO

É possível observar os amplos desafios presentes na área do ensino no Brasil, especialmente no início desse século. Tendo em vista que os espaços educacionais possuem grande relevância para o crescimento de uma sociedade justa e igualitária, notamos a necessidade de torná-lo, também, um espaço que deve auxiliar no despertar do pensamento crítico dos jovens. Portanto, uma busca pela valorização, através da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, buscando, deste modo, valorizar a identidade brasileira.

A lei foi um passo importante e teve na sequência a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pelo Conselho Nacional de Educação, traduzindo os princípios da lei de forma a colaborar para a sua implementação nas escolas. No entanto, sabe-se do desconhecimento dos professores em relação aos conteúdos exigidos pela lei. (JAROSKEVICZ, 2007, p. 3)

Com a implementação das leis aqui abordadas, as escolas deverão incluir, em seu currículo, atividades referentes às contribuições culturais dos povos indígenas e das raízes africanas.

De acordo com o artigo escrito por Borges (2010), segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a educação das relações étnico-raciais, devem ser desenvolvidos frequentemente nas escolas como conteúdo de disciplinas, tais como, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de salas de leitura, bibliotecas, áreas de recreação e em outros ambientes escolares.

As respostas dos alunos a algumas perguntas presentes nos questionários aplicados refletem a importância dada para o estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Um total de 47,4% dos entrevistados acreditam que estudar a temática é muito importante, 33,55% afirmam que é importante e apenas 5,8% acreditam ser pouco importante, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4 - Variável 10 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 10 - Sobre estudar e aprender sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na escola, você acha:		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Muito Importante	219	47,40
Importante	155	33,55
Indiferente	8	1,73
Pouco Importante	27	5,84
Não é importante	2	0,43
Não sabem	10	2,16
Outros	2	0,43
Não responderam	39	8,44
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Além da importância dada pelos alunos aos estudos concernentes a cultura afro-brasileira e indígena, a maioria também acredita que deter tal conhecimento poderá ajudar no processo de identificação da própria identidade cultural.

Tabela 5 - Variável 11 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 11 - Você acredita que estudar essas temáticas na escola poderá ajudar no conhecimento da própria cultura dos alunos, reforçando sua identidade?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	409	88,50
Não	14	3,00
Não sabem	2	0,40
Não responderam	37	8,00
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um total de 88,5% dos entrevistados crê que o estudo da temática pode contribuir para o conhecimento da própria identidade cultural. Estes dados mostram como existe um interesse para a diminuição dos problemas culturais existentes no âmbito social.

O que se almeja com a implementação da Lei 11.645/08, de acordo com os seus próprios objetivos, é que o sentimento de pertencimento a uma mesma

identidade e raiz histórica, possa contribuir para o bom convívio social, podendo acarretar na diminuição da discriminação que permeiam as questões raciais.

O que é possível notar é que o racismo ainda é perceptível nos índices de alfabetização e escolaridade da população. É necessário conhecer mais e retroceder aos séculos anteriores para compreender todo o processo histórico da educação para os negros e indígenas, para chegarmos aos dias atuais, em que leis são propostas para resgatar o reconhecimento dos valores étnicos e culturais.

3.1 A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Para abordar a atual conjuntura da educação indígena no Brasil, é necessária uma conceituação histórica da questão educacional que permeia esta população.

De acordo com o artigo O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena, (BRASIL, Ministério da Educação, 2016), a disponibilização de programas de educação escolar estava traçada para as comunidades indígenas desde o século XVI, pela catequização e integração à sociedade nacional. Almejavam uma espécie de civilização, imposta através da catequese ou, no início de tudo, por missionários jesuítas.

Durante esse período, os índios do Brasil tiveram uma fase de identificação com a missão católica. O Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845, contém justamente o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos índios do Brasil. Então toda essa missão era regulamentada pelo governo.

Dentre as ações instituídas pelo Decreto está a indagação quanto aos recursos que os índios ofereciam para a lavoura e comércio, os lugares em que ficavam colocadas as Aldeias, entre outras que demonstram a preocupação com o serviço de agricultura prestado, que era vigiado pela catequese e pelo até então Governo Imperial, através de relatórios. Também é importante salientar que havia em todas as Províncias um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador, o qual lhe competia praticamente todas as ações estabelecidas no Decreto. (Brasil, Decreto nº 426, 1845).

Uma das ordens religiosas que tinham a incumbência de civilizar os índios era a Ordem Menor dos Frades Capuchinhos. Segundo Amoroso (1998) a Ordem manteve missionários na maioria dos aldeamentos indígenas criados no Segundo

Reinado e tinha a função de encaminhar ao governo relatórios periódicos. Atualmente esses relatórios são tidos como grandes fontes históricas.

Ainda de acordo com Amoroso (1998), a existência da escola indígena implantada na época era bastante emblemática. Continha os pilares da política indigenista, erguidos pela catequese, os quais os princípios eram norteados pela educação e conversão da população indígena ao conjunto da sociedade nacional. A escola também é citada no Regulamento da catequese e civilização dos índios, de 1845, tratando-se de questões referentes às atribuições dos missionários, que de acordo com o documento, deveriam ensinar a ler, escrever e contar, aos meninos e aos adultos, que sem violência, se dispusessem a adquirir essa instrução. No entanto, essas ações eram movidas pelo interesse de converter os índios ao catolicismo, bem como incentivar a conversão pelo trabalho, estimulando a agricultura, o treinamento militar, entre outras motivações.

Amoroso (1998) afirma que, de acordo com fontes e documentos históricos, ao todo 26 escolas foram criadas pelo governo central para a realização do trabalho da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos, que deveriam ministrar a educação primária para crianças indígenas.

Não é difícil perceber que toda essa educação pautada na conversão religiosa e no processo de civilização conjunta à sociedade, iria findar com a evolução da diminuição dos traços e valores culturais ou em uma transformação cultural, que vem a ser percebida, inclusive nos dias atuais, em que existe uma luta para o reconhecimento desses valores e para a identificação da identidade cultural.

Atualmente os índios remanescentes no Brasil, contam com a escolarização diferenciada. Possuem o direito a uma educação escolar específica intercultural, bilíngue, multilíngue e comunitária. Segundo o artigo Cenário Contemporâneo da Educação Escolar Indígena no Brasil, (BRASIL, Ministério da Educação, 2007), a educação escolar indígena contemporânea surgiu em meados de 1970 e com a Constituição de 1988 ocorreu uma forma de revolução da política indigenista brasileira. Foi essa Constituição que colocou de forma explícita questões quanto a garantia dos direitos dos povos indígenas e reconheceu suas culturas, tradições, línguas, organizações sociais, crenças e o direito de continuarem vivendo segundo sua cultura e livre escolha.

Em uma realidade atual, alguns dos povos remanescentes indígenas ainda possuem sua própria forma de organização social, seus valores, costumes e

tradições. Esse processo de afirmação da identidade indígena inserida dentro do contexto social atual, gerou a possibilidade de se aproximarem também do campo educacional.

Titulo V. Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais. (BRASIL, Lei Nº 6.001, 1973).

O direito a uma Educação Escolar Indígena é caracterizado pela afirmação das identidades étnicas, valorização do conhecimento cultural e recuperação das memórias históricas. A educação é importante principalmente pela democratização das relações sociais.

Visando a redução das desigualdades educacionais, foi criada em julho de 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que garante a oferta de educação escolar indígena.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho, que ninguém conhecia. Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema. A escola entra na comunidade e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola. Agora, nós índios, estamos começando a discutir a questão. (KAINGANG apud FREIRE, 2004, p. 28).

Hoje a educação escolar indígena tem como objetivo respeitar a sociodiversidade indígena, preservar a cultura, tradições e identidade sociocultural, estreitar os laços entre as comunidades indígenas e a sociedade como um todo, constituir saberes e repassar a afirmação indígena para as próximas gerações.

A Constituição Federal de 1988 assegura às comunidades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue. O Art. 78 da LDB afirma que o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, deve desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de proporcionar à

comunidade indígena a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências. Também deve garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades.

Dentre as ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação estão as seguintes atribuições: formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (magistério indígena); formação de professores indígenas em nível superior (licenciaturas interculturais); apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas; promoção do Controle Social Indígena; produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português; apoio financeiro à construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas. (BRASIL, SECAD, 2007).

Visando proporcionar uma escola que atenda às demandas culturais dos povos indígenas foi criada a Resolução Nº 382/2003, do Conselho de Educação do Ceará, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escolas indígenas no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.

No Ceará foi realizado, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o curso Magistério Indígena Superior Intercultural dos Povos *Pituary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-kanindé e Anacé* (MISIPITAKAJÁ). O curso teve por objetivo formar 80 professores em nível superior para a gestão e o ensino fundamental e médio, isso, de acordo com as regulamentações dispostas na Resolução Nº 382/2003. Atualmente existe o curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena das Etnias *Pituary, Tapeba, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Anacé* (LII PITAKAJÁ), realizado pela Universidade Federal do Ceará. Visando permanecer trabalhando para a valorização da identidade cultural, os professores e diretores das escolas diferenciadas indígenas, também devem ser índios, de preferência da mesma etnia onde está localizada a comunidade escolar.

Ao observar uma das escolas diferenciadas indígenas do município de Caucaia, no caso a Escola Diferenciada de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Conrado Teixeira, foi possível verificar que são utilizados diversos materiais da matriz indígena, tais como: instrumentos musicais, cânticos, culinária, vestimentas, entre outros. Todos visando valorizar a identidade cultural e motivar o conhecimento das raízes culturais através de seu contexto histórico.

A educação indígena evoluiu em seu contexto cultural desde os tempos em que os índios eram catequizados e civilizados como instrumentos de produção. Atualmente existe a busca pela permanência dos valores étnicos e culturais dos indígenas que passaram por um processo de aculturação com o passar do tempo. A Escola Indígena se faz indispensável devido à necessidade da convivência sociocultural, de forma que não se perca a identidade indígena, estreitando também o elo entre as comunidades como um todo, no entanto, com a afirmação de culturas distintas.

No contexto da Lei 11.645/08 os valores, história e tradições, devem ser passados aos alunos da escola convencional. No município de Caucaia, onde a permanência dos indígenas ainda é atuante, em que muitos dos jovens indígenas encontram-se inclusive nas escolas convencionais, a dificuldade diante do preconceito étnico ainda é uma realidade.

Tabela 6 - Variável 20 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 20 - Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito indígena na sua escola?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	188	40,7
Não	128	27,7
Não sabem	112	24,2
Não responderam	34	7,4
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com o questionário aplicado aos alunos das duas escolas convencionais do Município, 40,7% dos respondentes já vivenciaram ou ouviram a respeito, de alguma forma de preconceito praticada contra os indígenas na própria escola. Fato que pode ser reflexo da falta de entendimento acerca do processo histórico da identidade brasileira.

3.2 A EDUCAÇÃO PARA O NEGRO

Como já abordado anteriormente, o contexto histórico do negro no Brasil nos remete às dificuldades que existiram no processo educacional e conjuntura social. Além das dificuldades encontradas no decorrer da história para a educação dos negros, dos quilombolas e remanescentes, existe ainda uma discussão, sobre o fato da história da educação no País não contemplar os aspectos da vida social e da riqueza cultural da população. Justamente o contrário do que se almeja com a implementação da Lei 11.645/2008.

À margem desse processo têm sido esquecidos os temas e as fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre as experiências educativas, escolares ou não, dos indígenas e dos afro-brasileiros. O estudo, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das instituições escolares oficiais; dos mecanismos criados para alcançar a escolarização oficial; da educação nos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros são temas que, além de terem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento. (ROMÃO, 2005, p. 22).

Após a realização de estudos e pesquisas que identificaram a necessidade de aumentar os debates nas escolas públicas acerca da história do negro e sua trajetória, foi criada a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Em sequência, a LDB foi novamente alterada, dessa vez pela Lei 11.645/08, que acrescentou a temática indígena.

Mas antes de existir uma discussão sobre o estudo da construção da sociedade, utilizando a temática afro-brasileira, nas escolas, deveríamos discutir sobre a luta para a inclusão dos negros no processo de escolarização, desde o período da escravidão, porém ao realizar pesquisas e buscar fontes relacionadas a esse processo de escolarização do Negro na sociedade brasileira, pouco material foi encontrando, evidenciando uma carência das abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais do negro, desde seu início, no entanto, muito se fala sobre

os clássicos estereótipos relacionados ao processo catequético na época do Brasil colonial, período em que o escravo negro era tido apenas como fonte de trabalho.

Em terras brasileiras, a força de trabalho dos negros foi sistematicamente empregada pela lógica do abuso e da violência. As longas jornadas de trabalho estabeleciam uma condição de vida extrema, capaz de encurtar radicalmente os anos vividos pelos escravos. Ao mesmo tempo, a força das armas e da violência transformavam os castigos físicos em um elemento eficaz na dominação. (SOUSA, 2016).

De acordo com Romão (2005) alguns dos autores que realizam críticas a historiografia da história da educação brasileira, ao realizarem estudos na área da história da educação do negro, afirmaram que os trabalhos pesquisados possuem muitas limitações e são poucas as abordagens sobre os períodos históricos mais remotos, justamente a época do Brasil Colonial, havendo poucas fontes oficiais que relatem essas experiências.

Já no período de transição entre a escravatura e sua abolição vemos, conforme Romão (2005), que os ex-senhores de escravos temiam perder as rédeas na condução desse processo, diante das iniciativas dos ex-escravos, surgindo então uma discussão acerca de um modelo de educação de cunho disciplinador, como forma de estratégia para uma transição segura do sistema de trabalho. Novamente a preocupação era educar para o trabalho, mas com base em um sistema de ensino não apenas braçal, mas de cunho disciplinar.

Ainda de acordo com Romão (2005), pesquisas comprovam a presença de crianças negras no sistema oficial de ensino, já entre o final do século XIX e o início do século XX. Através do Regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte, Decreto nº 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, foi estabelecida obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para crianças maiores de 07 anos, inclusive libertos, desde que pudessem comprovar tal situação.

Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico. (ROMÃO, 2005, p.71).

Embora tenha existido uma Reforma educacional que contribuísse para o aprendizado dos negros e ex-escravos, existiam diversas dificuldades enfrentadas por essa população, no cotidiano da vida escolar. Além do difícil acesso aos estabelecimentos de ensino, existia ainda a luta pela participação social nessas instituições.

O preconceito sofrido pela camada negra da população é notório inclusive nos dias atuais. Ao adentrar as escolas visitadas para aplicar o questionário, instrumento desta pesquisa, especialmente as salas de aula, foi possível observar que a maioria dos alunos são negros. Talvez a falta de paridade seja um reflexo das dificuldades da sua trajetória. No entanto, embora a maioria seja negra, ainda é evidente a existência do preconceito sofrido devido ao tom da pele. Uma das questões aplicadas por esta pesquisa reflete essa realidade.

Tabela 7 - Variável 19 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 19 - Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito racial na sua escola?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	268	58,00
Não	84	18,20
Não sabem	78	16,90
Não responderam	32	6,90
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

A questão 19 do questionário aplicado (Anexo A), pergunta justamente se os alunos já vivenciaram ou ouviram falar de algum tipo de preconceito racial ocorrido na escola. As respostas demonstram que a questão do preconceito racial nos ambientes escolares ainda precisa ser trabalhada, visto que 58% dos jovens entrevistados afirmaram que já passaram por essa forma de discriminação.

Os obstáculos passados durante o decorrer dos anos para a inclusão do negro na sociedade, fizeram surgir no século XX, movimentos sociais que abrangessem todas as camadas da sociedade, que se organizaram para lutar, entre outros motivos, pelo direito à escolarização de todos os cidadãos. Segundo Romão (2005, pág. 139), “esse é o caso dos cursos pré-vestibulares organizados para

preparar estudantes, oriundos de classes populares e grupos sociais marginalizados, para os vestibulares”.

Com as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais, surgiram as políticas de ações afirmativas, que segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (GEMAA, 2011), alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, no passado ou no presente. Uma dessas ações afirmativas é o sistema de cotas para negros e pardos na rede pública de ensino. Essa medida foi tomada com base em dados que demonstram as desigualdades sociais e estruturais ainda existentes entre brancos e negros.

Os dados sobre as populações negras brasileiras teimam em demonstrar a manutenção das desigualdades estruturais entre brancos e negros. Logo, as desigualdades raciais seriam o resultado do acúmulo de desvantagens confirmadas nos indicadores de escolaridade, emprego, habitação e consumo de bens. Desta forma, houve um reconhecimento no campo da educação e em outros campos, da inoperância das políticas universalistas no que diz respeito à inclusão dos negros no ensino superior e nos demais níveis de ensino. (ROMÃO, 2005, pág. 158)

Conforme a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, Lei nº 12.711, 2012).

O sistema de cotas é uma política relativamente recente, que gera ainda muitas discussões, polêmicas e debates, entre todas as camadas da sociedade. Muitos acreditam que tal sistema é falho ou até mesmo injusto, enquanto outros

reiteram que é uma política afirmativa, que vem a contribuir para a diminuição da desigualdade social.

A implementação da Lei 10.639/03 é uma das medidas que vem a contribuir para a abertura do diálogo acerca da trajetória do negro na sociedade brasileira. Desse modo, a temática da diversidade étnico-racial pode estar atuante nas ações de cunho pedagógico nas escolas, podendo estender essas práticas à educação de nível superior. A discussão sobre a educação que se deve oferecer para uma sociedade mais igualitária ainda é, de certo modo, embrionária, podendo haver mudanças futuras que venham a possibilitar uma transformação educativa, no que se refere a discriminação racial, ao preconceito, a diminuição da desigualdade, das relações de cooperação entre os indivíduos e do bom convívio social.

4. AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAUCAIA E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA LEI

O Município de Caucaia está dividido em seis regiões, conhecidas como Sede, Jurema, Praia, Garrote, Br 020 e Br 222. Possui diversas escolas espalhadas por toda a sua extensão territorial, que de acordo com dados do ano de 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consta de 1.228,506 km². Segundo o Sistema de Matrícula Escolar (SISMAT), da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (2016), o Município conta com 137 escolas patrimoniais e 49 escolas anexas. Conta ainda com um total de três escolas diferenciadas indígenas, complementadas por duas escolas anexas. O Município continha uma escola quilombola, localizada na Serra do Juá, na região Br 222, no entanto, a mesma foi fechada em 2014. O então secretário de Educação, Ambrósio Ferreira Lima, alegou pouca quantidade de alunos e informou ainda que os alunos existentes poderiam se deslocar para outra escola, nas proximidades da região.

Para compreender o contexto em que se inserem os alunos entrevistados é importante conhecer um pouco da história das escolas municipais. É notório que a comunidade pode influenciar no desenvolvimento das escolas, na forma de abordagem e até mesmo na metodologia do ensino.

De acordo com Silva (2015) a escola deve exercer tanto o desenvolvimento das habilidades específicas e competências dos alunos, como a criação de um ambiente democrático e participativo, para que os alunos venham a desenvolver sua cidadania, havendo também uma consciência de seus direitos e deveres perante a sociedade.

A integração da escola com a comunidade e com os pais tem sido identificada como um fator importantíssimo para o bom funcionamento da escola e qualidade de seu processo educacional. Os gestores das escolas que foram selecionadas para receber o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar têm expressado que uma das estratégias mais importantes para levantar “escolas derrubadas” é a abertura do estabelecimento de ensino para a comunidade. (SILVA, 2015, p. 3).

Assim, é possível dizer que tanto a escola pode influenciar no desenvolvimento do meio social em que os alunos vivem como esse próprio contexto social pode acrescentar influência nos trabalhos realizados na comunidade

escolar. Portanto, é essencial conhecer a realidade escolar e social das escolas Flávio Portela Marcílio e Pedro Laurino de Oliveira, aqui abordadas.

4.1 A ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL FLÁVIO PORTELA MARCÍLIO

A Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Flávio Portela Marcílio, está localizada no Conjunto Vicente Arruda, no bairro Itambé, em Caucaia, precisamente na Rua 05, nº 23.

De acordo com informações da Diretoria de Planejamento, da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (2016), a escola possui 51 dependências e localiza-se na zona urbana do Município. O referido Conjunto possui duas escolas municipais, em que a maioria dos alunos são residentes no próprio bairro, porém uma pequena parcela mora em outras localidades adjacentes.

Ainda de acordo com informações da Secretaria a escola foi inaugurada em 23 de setembro de 1978 e possui um largo histórico contexto educacional, rica de vivências na educação de crianças, jovens e adultos. A população residente no entorno da escola é considerada de classe média baixa e inclui um grupo de descendentes de indígenas.

Conforme Projeto Político Pedagógico (CAUCAIA, Escola Flávio Portela Marcílio, 2011), o estabelecimento de ensino oferece um currículo contextualizado, em que o conhecimento seja tratado de forma integrada ao contexto sociocultural da região, ou seja, um subsídio para que os educadores desenvolvam planos de ensino adequados com acompanhamento contínuo na aprendizagem dos alunos, considerando a diversidade dos saberes, do contexto em que vivem, onde as práticas educacionais cotidianas e os valores sociais sempre devem estar agregados à execução da grade curricular da escola.

De acordo com referido Projeto Político Pedagógico, existe um desejo de que a escola torne-se referência na comunidade, e que o ensino seja voltado para a realidade do aluno, havendo assim, um incentivo para a participação em projetos em conjunto com a comunidade escolar.

4.2 A ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PEDRO LAURINO DE OLIVEIRA

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, (CAUCAIA, Pedro Laurino de Oliveira, 2011) a escola nasceu em virtude do crescimento populacional da comunidade, e foi criada através do Ato Municipal Nº 1011 de 20 de junho de 1997, com o nome de Escola Parque Leblon, fazendo assim, referência ao bairro em que fica localizada, sendo posteriormente alterado o nome, para o utilizado atualmente. O nome atual é uma homenagem ao patriarca da família mais antiga da região.

A comunidade onde se localiza a escola é formada por uma colônia de pescadores e imigrantes, em que prevalece o desemprego e as dificuldades para o sustento dos habitantes. A localização do colégio fica justamente na divisão dos municípios de Caucaia e Fortaleza, fazendo fronteira com o bairro Barra do Ceará. No entanto, atende somente aos jovens residentes em Caucaia.

De acordo com dados do SISMAT, da Secretaria Municipal de Educação (2016), a escola atende 141 alunos da Educação Infantil, 462 do Ensino Fundamental I, 312 do Ensino Fundamental II e ainda atende à Educação de Jovens e Adultos (EJA) que conta com um total de 102 alunos, fazendo um total geral de 1.017 alunos.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, as principais dificuldades existentes para a qualidade do ensino são a falta de compromisso da maioria dos pais, a falta de um espaço adequado para os alunos e a ausência de apoio da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. No entanto, a comunidade escolar acredita na importância da escola para sociedade, para continuar o processo educacional na formação de uma cidadania plena.

4.3 SOBRE O QUE DIZ A LEI 11.645/08

A Lei 11.645/2008, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva e pelo até então Ministro da Educação, Fernando Haddad, altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modificada também pela Lei 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso

implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio, públicos e privados.

Segundo o Art. 26-A da Lei 11.645/08 é possível observar que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, Lei nº 11.645, 2008).

Nota-se que a referida temática deve estar inclusa no âmbito de todas as disciplinas, dando prioridade para aquelas que já envolvem a questão da história brasileira, devendo aparecer inclusive nos livros didáticos, visto que este é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem.

De acordo com GOULART; MELO (2013) a referida Lei 11.645/08 foi promulgada devido a necessidade do respeito e do reconhecimento à cultura indígena, assim, a mesma complementou a Lei 10.639/03. Um dos principais motivos também seria o fato de considerar que o Brasil é um país marcado pela diversidade social e que, assim, vários povos fazem parte da nossa identidade, especialmente os negros e os índios.

Conforme podemos constatar, a instauração dessa lei objetiva uma mudança no que tange à compreensão da construção do Brasil, uma vez que visa mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus exerceram influência na história brasileira, sobretudo nas áreas social, política e econômica, o que corrobora a necessidade de serem estudadas na educação básica. (GOULART; MELO, 2013)

No entanto, o que foi possível observar em relação ao conhecimento dessa Lei, nas duas escolas públicas de Caucaia que foram visitadas para a realização desta pesquisa, é que poucos são os membros da comunidade escolar que sabem de sua existência, inclusive os próprios professores das escolas. Ao adentrar as salas de aula para a aplicação de questionários, envolvendo a temática

aqui abordada, aos alunos das escolas municipais de Caucaia, no Estado do Ceará, alguns dos professores que se encontravam nas salas de aula pediram mais informações para saber do que se tratava a Lei e como a mesma deveria funcionar nos estabelecimentos de ensino. Fato que reflete o desconhecimento dos alunos acerca do assunto. Como é possível observar na Tabela 8, a seguir, os dados do questionário demonstram que apenas 31,2% dos alunos possuem algum conhecimento sobre a Lei 11.645/08, enquanto 64,1% afirmaram que nunca ouviram a respeito e 4,7% não responderam a pergunta.

Tabela 8 - Variável 06 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 06 - Você já ouviu algo sobre a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas Escolas?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	144	31,2
Não	296	64,1
Não responderam	22	4,7
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com os dados demonstrados, se tirarmos por base o conhecimento acerca da lei, pelos alunos da rede municipal de ensino de Caucaia, é possível observar então que tal conhecimento ainda é precário. Outro fator importante que ilustra a necessidade de uma melhor abordagem nas salas de aula é o fato de os alunos responderem subjetivamente na questão 24, do questionário aplicado (Anexo A), que indaga se os mesmos gostariam de fazer alguma observação acerca do referido instrumento de pesquisa, que gostaram de tomar conhecimento da Lei, pois não sabiam que a mesma existia, outros, inclusive, agradeceram a oportunidade em ter esse conhecimento e outros afirmaram achar muito interessante.

Este fato reflete a importância de levar aos jovens o conhecimento daquilo que se julga necessário implementar dentro da sala de aula, pois não há possibilidade de compreender aquilo que é ofertado nos estabelecimentos de ensino, sem entender a necessidade de sua aplicabilidade.

4.3.1 A Prática Docente nas Escolas Municipais de Caucaia

É importante frisar que um dos objetivos da Lei 11.645/08, aqui estudada, é justamente o de trazer a tona o sentimento de pertencimento às origens de toda a comunidade brasileira. Em visita a Escola Diferenciada de Educação Infantil e Ensino Fundamental Conrado Teixeira, localizada em Caucaia, foi identificado que para envolver os alunos a essas memórias culturais são utilizados certos materiais que possam remeter essa matriz cultural, tais como instrumentos musicais, cabaças, maracas, chocalhos, CDs, canções, roupas, tecidos, cocares, entre outros. No entanto, ao conversar com os alunos das escolas convencionais, foi possível notar que muitos não conhecem tais materiais que poderiam também servir como base histórica e de conhecimento cultural.

O que é possível observar que é de uso contínuo do corpo docente para o estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, é justamente o uso dos livros didáticos e paradidáticos. A Lei afirma que o estudo da temática deve ocorrer especialmente nas áreas concernentes as disciplinas Educação Artística, Literatura e História Brasileira, mas que deve abranger todo o currículo escolar. Tendo em vista que algumas das disciplinas, como Literatura, são vistas na maioria dos estabelecimentos de ensino, apenas a partir do ensino médio, havendo menos possibilidade desses estudos na grade do Ensino Fundamental, notamos que a Lei coloca especialmente essas disciplinas como forma de enfatizar o tema, pois a temática envolvida deve abranger todo o currículo, dando oportunidade de conhecimento para toda a educação básica. Portanto, a temática não deve constar apenas nas disciplinas para a qual é especialmente dirigida.

Em visita as bibliotecas das escolas pesquisadas no município de Caucaia, foi possível notar a existência de livros paradidáticos referentes aos temas aqui abordados. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, foram adquiridos dois mil exemplares do livro “Africanidades Caucaenses”, o qual foi elaborado com base no próprio Município e cujo narra, através da visão de pesquisadores do curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Ceará, a história dos quilombolas e remanescentes de Caucaia. Porém ao conversar com os professores e alunos das escolas municipais pesquisadas, foi identificado que os referidos livros são utilizados apenas para consultas nas bibliotecas e não para os estudos em sala de aula.

Uma das perguntas do questionário aplicado aos alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental refere-se justamente aos materiais utilizados em sala de aula, para o ensino da temática. Ao questionar quais os materiais a escola possui para trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, 71,9% dos alunos informaram possuir apenas livros, para os estudos na escola, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 9 - Variável 17 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 17 - Quais os materiais sua escola possui para trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Livros	332	71,86
Instrumentos musicais	37	8,01
Vídeos	16	3,46
CDs	4	0,87
Cartazes	10	2,16
Outros	16	3,46
Não responderam	47	10,17
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme a grade curricular do ensino do 6º ao 9º ano das escolas municipais de Caucaia (Anexo D):

O ensino sistemático para a educação das religiões étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme a Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, será trabalhado, em especial, nos componentes curriculares da Educação Artística, Literatura e História do Brasil. (Caucaia, 2015).

Embora a grade afirme que a temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana será lecionada nas disciplinas Educação Artística, Literatura e História do Brasil, é possível observar que Literatura não consta como disciplina ou componente curricular de ensino, justamente na mesma grade apresentada. Esta contradição exposta pode vir a anular uma das possibilidades do ensino da temática, que deveria vigorar, de acordo com a grade curricular, para os alunos dos anos finais do ensino fundamental. Também é possível notar que a temática referente a história dos índios no Brasil, não consta na referida grade de ensino.

Quando questionados se existe algum evento realizado no ambiente escolar que aborde a temática, de acordo com os alunos das escolas pesquisadas, 47,2% dos entrevistados afirmam não haver. Esse resultado dá margem a uma percepção quanto à aplicação dos ensinamentos da temática em questão, demonstrando que o ensino talvez não ultrapasse a barreira da sala de aula, enquanto método de ensino e aprendizagem.

Tabela 10 - Variável 07 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 7 - A escola que você estuda costuma realizar eventos que falem sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Indígena?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	97	20,9
Não	218	47,18
Não sabem	119	25,7
Não responderam	28	6,06
Total de respostas	462	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma das formas que a comunidade escolar como um todo poderia trabalhar questões referentes a cultura afro-brasileira e indígena, através do entendimento dos próprios alunos, que responderam ao questionário aplicado, seria através da realização de eventos que estimulassem os jovens a buscar compreender os processos históricos.

O resultado da questão 21, demonstrada na Tabela 11, a seguir, apesar de a maioria dos alunos afirmarem que gostariam que a temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena fosse aplicada mais durante as aulas da disciplina de História, de modo geral, que também poderia ocorrer através de metodologias variadas. As respostas acerca da referida questão demonstram ainda que os métodos de ensino, da forma que os alunos apreciem, deveriam ser mais discutidos entre o corpo docente e toda a comunidade escolar.

Tabela 11 - Variável 21 do Relatório Conclusivo de Dados dos Questionários Aplicados nas escolas de Caucaia

Questão 21 - De que forma você gostaria que a temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena fosse aplicada na sua escola?		
RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Com aulas regulares sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena	122	26,41
Durante as aulas de qualquer disciplina em que o professor consiga encaixar o assunto	77	16,67
Durante as aulas da disciplina de História	133	28,79
Durante momentos recreativos, que não seja na sala de aula	84	18,18
Outros	6	1,30
Não responderam	40	8,66
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A prática docente no contexto da Lei 11.645/08 deve passar o conhecimento da realidade histórica das temáticas envolvidas, como já visto aqui, não apenas nas disciplinas para a qual é especialmente direcionada, devendo haver outros contextos em que os estudantes do ensino público e privado possam deter esse conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio imposto pela Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008 é o de educar a partir da reflexão acerca de uma temática que valoriza a formação da cultura e da população brasileira. Usar os espaços educacionais como ambiente de reflexão ainda é um trabalho árduo, visto que toda a comunidade escolar, especialmente os professores devem estar engajados, visando até mesmo modificar concepções sobre temas relacionados ao racismo, preconceito, cultura, entre outros.

A partir dos dados levantados é possível perceber que o preparo do sistema educacional, da rede municipal de ensino, ainda é precário, no que se refere a organização de uma grade curricular que consiga compor, em seu âmbito geral, ou seja, em todas as disciplinas ou até mesmo nas disciplinas onde a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena apareçam com mais regularidade, uma estrutura que possa difundir os conteúdos em questão. Um dos fatores que também contribui para essa precariedade é o despreparo teórico dos educadores para trabalhar os assuntos inerentes a Lei, com uma visão que fuja dos estereótipos e que reflita a realidade do próprio contexto em que se inserem os alunos e a própria escola.

Santos (2011) afirma que, a responsabilidade pela implementação e pela operação das orientações para a educação das relações étnico-raciais é dos professores, das redes de ensino, do Estado e da sociedade, que devem prezar pela formação dos indivíduos e pelo fortalecimento das ações de implementação, conjuntamente.

A lei 11.645/08 suscita para a escola diversas indagações que muitas vezes são ignoradas pelos responsáveis pelo processo educativo dos jovens, como por exemplo, a obtenção do sentimento de pertencimento da sociedade em relação a própria identidade cultural. Portanto, se aplicada com eficiência, essa lei é de fundamental importância para que haja um reconhecimento da pluralidade da sociedade brasileira, formada por diferentes histórias e culturas, acarretadas em uma diversidade presente em todos os meios sociais.

O que se percebe, através deste estudo, é que existe uma dificuldade de difundir tais saberes, pela falta de conhecimento da comunidade escolar da própria existência da Lei. Ao observar que muitos dos entrevistados não possuem ciência de que as temáticas devem ser trabalhadas pelos educadores, percebemos a falta de relevância permitida pelo próprio sistema da rede municipal de ensino.

Embora os livros paradidáticos e didáticos permaneçam atuantes, segundo relatos dos próprios alunos e de acordo com os dados que revelam que o livro ainda é o material mais utilizado durante as aulas, poderia haver mudanças na metodologia de ensino exposta, pois existem situações em que se faz necessário o envolvimento prático diante do cenário cotidiano, que perpassam os ensinamentos transpostos nos livros adotados como material didático. É preciso prevenir acerca dos eventos de discriminação e preconceito existentes na escola e na sociedade como um todo, que marginalizam e excluem os jovens de oportunidades que só podem ser conquistadas a partir de um preparo realizado através da educação.

Os dados levantados através dessa pesquisa demonstram claramente que o preconceito ainda existe e precisa ser trabalhado, especialmente com os jovens que o sofreram. As respostas replicadas no questionário aplicado apontam que 58% dos entrevistados afirmam que já passaram por alguma forma de discriminação ou presenciaram algum tipo de preconceito racial, enquanto apenas 18,2% nunca passaram por esse tipo de situação ou não ouviram falar a respeito. Esse é um dos fatores que devem ser trabalhados pelos educadores, visando as relações entre os indivíduos que compõem toda a comunidade escolar.

Portanto, além da formação acadêmica, os professores devem saber como lidar com questões do cotidiano, de forma a romper as barreiras do preconceito, refletindo as concepções de mundo e da humanidade, nos espaços escolares. Segundo Assis (2012), cabe ao educador, oferecer ao aluno essa interação com as diversas culturas que existem ao longo da história, mostrando e elaborando caminhos que evidenciam que apesar das diferenças, somos seres humanos iguais, e desse modo, explorar as particularidades, dando oportunidade aos alunos de experimentar e compreender a diversidade dentro de uma comunidade segura e protetora.

Assim, no sentido de trabalhar questões étnico-raciais, o papel do professor não deve ser somente transmitir conhecimento acadêmico, mas também, viabilizar discussões inerentes a própria vivência. Os momentos de convívio no cotidiano devem estar presentes nas demandas didáticas, de modo que os conteúdos façam parte da vida das pessoas, fazendo da escola um ambiente de reflexão sobre as próprias experiências de vida.

A proposta de formar para a educação das relações étnico-raciais deve ocorrer de forma a colaborar para o respeito à diversidade étnica e cultural, existente

em nosso País, podendo assim, através do reconhecimento da própria constituição enquanto cidadãos, impactar no convívio social. De acordo com Santos (2011) é no processo dialógico da ação e da reflexão, proposto nas legislações existentes em relação aos bens materiais e imateriais, que habitam as possibilidades de acesso a esses bens, ao respeito às diferenças e à pluralidade.

Identificou-se com esse estudo que a representação atual, que persiste por meio da falta de concepção enquanto indivíduo, como ser pertencente às trajetórias históricas das culturas afro-brasileira e indígena, demonstra a necessidade da implantação de políticas públicas para sua valorização histórica e o resgate da identidade das diferentes culturas.

É fato que a luta pela diminuição da desigualdade ainda é atual, muitas medidas ainda devem ser tomadas para que haja a extinção da discriminação étnico-racial, inclusive na própria escola. Para tanto, é importante conhecer os fatos que contribuíram para a existência da realidade atual da sociedade brasileira.

A existência de políticas afirmativas que valorizem a cultura e a história do negro ao longo do processo histórico e a transformação dessas políticas em instrumentos jurídicos, não significa garantir que elas serão materializadas no nosso cotidiano, principalmente nos espaços escolares. Pensar no ambiente escolar como um local de diferentes indivíduos, com uma diversidade étnica e racial, é pensar nas atividades que o educador deve proferir enquanto interventor das correlações existentes nos métodos de ensino e aprendizagem. O processo de reconhecimento das diversidades para a existência da sociedade em que vivemos, deve envolver principalmente a conscientização dos profissionais da educação, levando os professores a exercerem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R.; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Palmares. 2006.

AMOROSO, M. R. **Mudança de hábito**: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1998. vol.13, n.37 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200006>>. Acesso em: 02 out. 2016.

ASSIS, M. H. **O papel da escola e do professor com relação ao preconceito racial na escola**. Universidade Federal de Ouro Preto. Conselheiro Lafaiete, MG. [s.n.] 2012. 33 p.

BORGES, E. M. F. **A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica**. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84. 2010. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_InclusaoDaHistoriaCulturaAfro.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Comissão Nacional de Política Indigenista. **Documento base da 1ª conferência nacional de política indigenista**. Brasília – DF. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/img/06-jun/Documento%20Base%20-%202506.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 out. 2016.

_____. Decreto nº 1.794, de 22 de novembro de 1939. Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845. Contêm o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>>. Acesso em 15 mar. 2016.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Decreto nº 81.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Laudo antropológico**. Brasília – DF [s.n.], Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Os índios do Brasil**. Brasília – DF. [s.n.], Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Serviço de proteção aos índios: Política indigenista**. Brasília – DF. [s.n.]. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Governo do Estado do Ceará. **História do Ceará**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/historia-do-ceara>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Gerência de estudos e análises da dinâmica demográfica: Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/publicacao_UNFPA.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/86798.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
< <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

_____. Leis. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_64/Proclamacao.htm>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. **Para a história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro. 1988.

_____. Ministério da Educação. **Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil**. Brasília, DF. 2007. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releeicebcnerev.pdf> >. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Marcos legais da educação nacional**. Brasília, DF. 2007. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **O governo brasileiro e a educação escolar indígena**. Brasília, DF. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbee.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Ed. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os números da População Indígena**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

CAUCAIA. Secretaria Municipal de Educação. **Grade Curricular: ensino fundamental - 6º ao 9º ano**. [S.l. s.n.], 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto político pedagógico da escola flávio portela marcílio - PPP**. [S.l. s.n.], 2011.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto político pedagógico da escola pedro laurino de oliveira - PPP**. [S.l. s.n.], 2011.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **relatório do núcleo de africanidades, indígenas e educação do campo (NAIEC)**. [S.l. s.n.], 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Sistema de matrícula escolar (SISMAT)**. [S.l. s.n.], 2016.

CIONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil**: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. From poverty to Power: How active citizens and effective states can change the world. Oxfam internacional. 2008. Disponível em:
<http://www.oxfamamerica.org/static/media/files/From_Poverty_to_Power_2nd_Edition.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências. Resolução Nº 382/2003. Ceará. Disponível em:<<http://www.cee.ce.gov.br/legislacao/resolucoes?download=10527%3Aresolucao-3822003&start=60>>. Acesso em: 02 out. 2016.

CRUZ, C. S.; JESUS, S. S. **Lei 11.645/08**: a escola, as relações étnicas e culturais e o ensino de história - algumas reflexões sobre essa temática no PIBID. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Nacional. 2013. Rio Grande do Norte. Disponível em:
<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372726711_ARQUIVO_TrabalhoXXVIISNH-CarolineSilvaCruzeSimoneSilvadeJesus_corrigido_.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma. 2012.

DUBÉ, L.; PARÉ, G. **Rigor In Information Systems Positivist Case Research**: Current Practices, Trends, And Recommendations. MIS Quarterly. 2003. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiZtfPT7sHPAhWDHpAKHV6UCRIQFgg8MAM&url=https%3A%2F%2Fpdfs.semanticscholar.org%2F9d1%2Fbcdb95aa748940b85508fd7277622f74c0a4.pdf&usq=AFQjCNG1jtfub6ahGim9ScfIRCQnoCuRvw>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

DURAN, M. R.C; BENTIVOGLIO, J. **Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea**. Dimensões, v. 30. 2013. p. 213-244. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/6162/4503>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

FREIRE, J.R.B. **Trajétória de muitas perdas e poucos ganhos**. In: educação escolar indígena em terra brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro. Ibase. 2004.

GOMES, M. T. Depoimento. [20 de julho, 2014] Caucaia. Entrevista concedida a Renata Cordeiro Rodrigues.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticos e práticas**. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/rbpaae/article/viewFile/19971/11602>>. Acesso em: 15 set. 2015.

GOULART, R. S.; MELO, K. R. **A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental**, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>>. Acesso em: 01 out. 2016.

AÇÕES AFIRMATIVAS. Grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa – GEMAA. 2011. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>>. Acesso em: 02 out. 2016.

JAROSKEVICZ, E. M. I. **Relações étnico-raciais, história, cultura africana e afrobrasileira na educação pública: da legalidade à realidade**. 2007. Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_elvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

MANNING, P. **Escravidão e mudança social na África**. Tradução Nuno Ramos. Novos Estudos. n. 21. 1988.

MARTINS, J. C. L; BELFO, F. Métodos de investigação qualitativa estudos de casos na investigação em sistemas de informação, PROELIUM. **Revista da Academia Militar**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Selo001/Downloads/metodos-de-investigacao-qualitativa-estudo-de-casos-na-investigacao-em-sistemas-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em: <<https://editorialgaudencio.com.br/2013/01/02/maria-cecilia-de-souza-minayo/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

NOSSA HISTÓRIA, **Centro de produção e cultura tapeba**. Disponível em: <www.tapeba.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2014.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **A presença indígena na formação do Brasil**. Coleção Educação para Todos. Brasília: MEC/Unesco, 2006.

PACHECO, C. M. F. **Origens e transformações da escravidão na África: como o negro foi transformado em sinônimo de escravo.** 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PEDRO, A. **História da Civilização Ocidental: Geral e do Brasil, Integrada.** FTD. São Paulo. 1997.

PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>> Acesso em: 02 set. 2014.

PETIT, S. H; SILVA, G. C. (Orgs.) **Africanidades caucaisenses: saberes, conceitos e sentimentos.** Fortaleza: UFC. 2012.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, R. F. S. **Estudo sobre as ações afirmativas.** Rio de Janeiro, v. 18. n. 31. p. 165 – 190. 2011.

ROMÃO, J. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

SANTOS, J. D. G. **A Lei 10.639/03 e a Importância de sua Implementação na Educação Básica.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

SANTOS, Janete dos. **A Implementação da Lei 11.645/08 nas Práticas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, MS.** 2011. Disponível em: <<http://www.neppi.org/anais/Educa%E7O%60o%20b%E1sica/A%20implementa%E7ao%20da%20lei%2011.645%2008%20nas%20praticas%20escolares%20da%20rede%20municipal.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.

SILVA, A. R. R. **Escola e comunidade juntas fazem a diferença.** 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjB9_Dp48HPAhVEjJAKHb7gApQQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fcoordenacaoescolagestores.mec.gov.br%2Fuft%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F1003%2F1221%2F2243%2FTCC_Abigail_03_11-15_lauro.pdf&usq=AFQjCNH6g6alul_eZAI179z1PTa0uNhw>. Acesso em: 02 out. 2016.

SIQUELLI, S. A. O papel pedagógico escolar sob o ponto de vista das leis 10639/03 d 11645/08: Apontamentos Éticos e Étnicos. **Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul.** v. 21. 2013. p.104-122. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjeyl8MHPAhVCgJAKHdcNBjwQFggeMAA&url=https%3A>

%2F%2Fonline.unisc.br%2Fseer%2Findex.php%2Freflex%2Farticle%2Fdownload%2F3300%2F2894&usg=AFQjCNFIHz12qT13Kj34fMPKGIrvadcYaw>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SOUSA, R. G. **Os negros no Brasil colonial**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/o-negro-1.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SOUZA, A. Cartilha ENADE. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <www.famanet.br/pdf/ingresso/cartilha_enade_2009.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relatório dos resultados do questionário gerado pelo *SPSS Statistics* editor de dados.

Os resultados dos questionários aplicados aos alunos das Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Flávio Portela Marcílio e Pedro Laurino de Oliveira, são de fundamental importância para se ter a compreensão da percepção dos mesmos quanto ao fenômeno pesquisado, no caso, o desenvolvimento da implementação da Lei 11.645, de 10 de março de 2008, nas escolas em questão.

Após a inserção dos dados coletados no *software* para análise estatística de dados, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), foi gerado um relatório que permitiu visualizar os seguintes resultados:

Para a Variável 1 (um), ou seja, primeira pergunta do questionário, “Escola”, 281 alunos responderam ser da Escola Flávio Portela Marcílio, enquanto 161 alunos informaram ser da Escola Pedro Laurino de Oliveira e 20 alunos não responderam a pergunta. As demais variáveis estão dispostas a seguir, em formato de tabela, para a melhor percepção dos resultados gerados.

Variável 2 – Ano escolar.

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
8º ANO	90	19,48
9º ANO	352	76,19
Não responderam	20	4,33
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 3 – Turma.

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
A	156	33,77
B	78	16,88
C	170	36,80
D	38	8,23
Não responderam	20	4,33
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 4 – Sexo.

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Feminino	210	45,45
Masculino	234	50,65
Não responderam	18	3,90
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 5 – Idade.

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
12	10	2,16
13	76	16,45
14	205	44,37
15	89	19,26
16	37	8,01
17	21	4,55
Não responderam	24	5,19
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 6 – Você já ouviu algo sobre a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas Escolas?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	144	31,17
Não	296	64,07
Não responderam	22	4,76
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 7 – A escola que você estuda costuma realizar eventos que falem sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Indígena?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	97	21,00
Não	218	47,19
Não sabem	119	25,76
Não responderam	28	6,06
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 8 - Quais eventos costumam acontecer na sua escola que tratem sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Comemoração do Dia da Consciência Negra	50	10,82
Comemoração da libertação dos escravos no Brasil	20	4,33
Comemoração do Dia do Índio	37	8,01
Outro	14	3,03
Não sabem	127	27,49
Não responderam	214	46,32
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Variável 9 - De que forma são realizados esses eventos?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Apresentação de danças culturais	69	14,94
Apresentação de vídeos	50	10,82
Apresentação de paródias	10	2,16
Apresentação de seminários	2	0,43
Contação de histórias	54	11,69
Outro	10	2,16
Não responderam	267	57,79
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 10 - Sobre estudar e aprender sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na escola, você acha:

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Muito Importante	219	47,40
Importante	155	33,55
Indiferente	8	1,73
Pouco Importante	27	5,84
Não é importante	2	0,43
Não sabem	12	2,60
Não responderam	39	8,44
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 11 - Você acredita que estudar essas temáticas na escola poderá ajudar no conhecimento da própria cultura dos alunos, reforçando sua identidade?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	409	88,53
Não	14	3,03
Não sabem	2	0,43
Não responderam	37	8,01
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 12 - Pra você é importante entender a colaboração e o apoio que a cultura indígena e africana teve para a construção do Brasil?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Muito Importante	190	41,13
Importante	196	42,42
Indiferente	12	2,60
Pouco Importante	8	1,73
Não é importante	0	0,00
Não sabem	34	7,36
Não responderam	22	4,76
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 13 - Na sua escola a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena são comentadas pelos professores durante as aulas?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	248	53,68
Não	172	37,23
Não responderam	42	9,09
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 14 - Quanto ao seu interesse pelas aulas que tratam da temática em questão, você se mostra:

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Muito interessado	90	19,48
Interessado	176	38,10
Indiferente	40	8,66
Pouco Interessado	10	2,16
Não tem interesse	12	2,60
Não responderam	134	29,00
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 15 - Quanto a sua compreensão sobre da temática abordada em sala de aula você:

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Compreende muito bem	66	14,29
Compreende bem	179	38,74
Compreende razoavelmente	73	15,80
Não compreende	16	3,46
Não responderam	128	27,71
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 16 - Sobre a quantidade de vezes em que a temática é comentada na escola você:

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Acha suficiente	179	38,74
Acha que poderiam abordar mais a temática	199	43,07
Acha insuficiente	37	8,01
Acha que a temática não precisa ser abordada	6	1,30
Não responderam	41	8,87
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 17 - Quais os materiais sua escola possui para trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Livros	332	71,86
Instrumentos musicais	37	8,01
Vídeos	16	3,46
CD's	4	0,87
Cartazes	10	2,16
Outro	16	3,46
Não responderam	47	10,17
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 18 - Qual a importância que você dá aos materiais que a escola possui para o aprendizado sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Muito Importante	185	40,04
Importante	167	36,15
Indiferente	25	5,41
Pouco Importante	43	9,31
Não é importante	2	0,43
Não responderam	40	8,66
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 19 - Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito racial na sua escola?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	268	58,01
Não	84	18,18
Não sabem	78	16,88
Não responderam	32	6,93
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 20 Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito indígena na sua escola?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	188	40,69
Não	128	27,71
Não sabem	112	24,24
Não responderam	34	7,36
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 21 - De que forma você gostaria que a temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena fosse aplicada na sua escola?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Com aulas regulares sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena	122	26,41
Durante as aulas de qualquer disciplina em que o professor consiga encaixar o assunto	77	16,67
Durante as aulas da disciplina de História	133	28,79
Durante momentos recreativos, que não seja na sala de aula	84	18,18
Outro	6	1,30
Não responderam	40	8,66
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Variável 22 - Você considera que sua escola já colocou em prática a lei 11.645/08?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	89	19,26
Não	116	25,11
Não sabem	205	44,37
Não responderam	52	11,26
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Para as perguntas com respostas subjetivas, foi verificado no próprio *software*, SPSS, através de categorias, as porcentagens dos resultados que mais se assemelham. Para a Variável 23 “De que forma você acredita que as temáticas História e Cultura Afro-brasileira e indígena devam ser trabalhadas na sua escola, para que todos possam compreender facilmente como surgiu o Brasil?” foi obtido um resultado, de modo generalizado, de que 86% dos alunos responderam, “Deveria haver mais aulas para abordar as temáticas em questão”. Para a Variável 24 “Você gostaria de fazer alguma observação em relação a esse questionário?” 54% dos alunos afirmaram que acharam o questionário “muito interessante” e “importante”. A última pergunta, referente a Variável 25, está representada na tabela a seguir:

Variável 25 - Você Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

RESPOSTAS	NÚMERO ABSOLUTO	%
Sim	93	20
Não	312	67,5
Não responderam	57	12,3
Total de respostas	462	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir dos resultados dos questionários aplicados aos alunos das escolas pesquisadas, foi possível fazer uma análise acerca do conhecimento dos alunos quanto a temática abordada na Lei 11.645/08. Foi possível coletar informações da realidade vivenciada pela comunidade escolar, o que contribuiu de forma significativa para a conclusão desta pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário aplicado aos alunos das escolas do Município de Caucaia

Nº do questionário ()



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICA

Esse questionário visa conhecer a opinião dos alunos do 8º e 9º ano das Escolas de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Pedro Laurino de Oliveira e Flávio Portela Marcílio, e coletar dados objetivando a realização da pesquisa **“A Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede de Ensino: Um Estudo Sobre a Implementação da Lei Nº 11.645/08 no Conteúdo Programático das Escolas Públicas de Caucaia”**.

Instruções:

- Preencha as questões fechadas marcando o espaço entre parênteses () com um “x”. Fique atento às questões de múltipla escolha, marque somente aquelas que tiverem a instrução;
- Procure responder a esta pesquisa de forma individual e com a sua verdadeira opinião sobre o assunto;
- Nas questões abertas, apenas escreva sua resposta de forma clara;
- Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, escolha entre as alternativas a que você acredita ser melhor;
- Por favor, responda a todas as questões!

1- Escola: _____

2- Ano escolar: _____

3 – Turma _____

4 - Sexo

1() Feminino 2() Masculino

5- Idade: _____

6 - Você já ouviu algo sobre a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas Escolas?

1() Sim 2() Não

7 - A escola que você estuda costuma realizar eventos que falem sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Indígena? **(Caso a resposta seja sim, responda as perguntas 8 e 9; Caso a resposta seja não, pule para a pergunta 10)**

1() Sim 2() Não 3() Não Sabe

8 - Quais eventos costumam acontecer na sua escola que tratem sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?

- 1() Comemoração do Dia da Consciência Negra
- 2() Comemoração da libertação dos escravos no Brasil
- 3() Comemoração do Dia do Índio
- 4() Outro _____ (Descreva)
- 99() Não sabe

9 – De que forma são realizados esses eventos?

- 1() Apresentação de danças culturais
- 2() Apresentação de vídeos
- 3() Apresentação de paródias
- 4() Apresentação de seminários
- 5() Contação de histórias
- 6() Outro _____ (Descreva)

10 - Sobre estudar e aprender sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na escola, você acha:

- 1() Muito Importante
- 2() Importante
- 3() Indiferente
- 4() Pouco Importante
- 5() Não é importante
- 99() Não sabe

11 - Você acredita que estudar essas temáticas na escola poderá ajudar no conhecimento da própria cultura dos alunos, reforçando sua identidade?

- 1() Sim 2() Não

12 - Pra você é importante entender a colaboração e o apoio que a cultura indígena e africana teve para a construção do Brasil?

- 1() Muito Importante
- 2() Importante
- 3() Indiferente
- 4() Pouco Importante
- 5() Não é importante
- 99() Não sabe

13 - Na sua escola a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena são comentadas pelos professores durante as aulas? **(Caso a resposta seja sim, responda as perguntas 14 e 15; Caso a resposta seja não, pule para a pergunta 16)**

- 1() Sim 2() Não

14 - Quanto ao seu interesse pelas **aulas** que tratam da temática em questão, você se mostra:

- 1() Muito interessado
- 2() Interessado
- 3() Indiferente
- 4() Pouco Interessado
- 5() Não tem interesse

15 - Quanto a sua compreensão sobre da temática abordada em **sala de aula** você:

- 1() Compreende muito bem
- 2() Compreende bem
- 3() Compreende razoavelmente
- 4() Não compreende

16 – Sobre a quantidade de vezes em que a temática é comentada **na escola** você:

- 1() Acha suficiente
- 2() Acha que poderiam abordar mais a temática
- 3() Acha insuficiente
- 4() Acha que a temática não precisa ser abordada

17 - Quais os materiais sua escola possui para trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?

- 1() Livros
- 2() Instrumentos musicais
- 3() Vídeos
- 4() CD's
- 5() Cartazes
- 6() Outro _____ **(Descreva)**

18 – Qual a importância que você dá aos materiais que a escola possui para o aprendizado sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena?

- 1() Muito Importante
- 2() Importante
- 3() Indiferente
- 4() Pouco Importante
- 5() Não é importante

19 - Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito **racial** na sua escola?

- 1() Sim 2() Não 3() Não sabe

20 - Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de preconceito **indígena** na sua escola?

- 1() Sim 2() Não 3() Não sabe

21 - De que forma você gostaria que a temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena fosse aplicada na sua escola?

- 1() Com aulas regulares sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena
- 2() Durante as aulas de qualquer disciplina em que o professor consiga encaixar o assunto
- 3() Durante as aulas da disciplina de História
- 4() Durante momentos recreativos, que não seja na sala de aula
- 5() Outro _____ (**descreva**)

22 - Você considera que sua escola já colocou em prática a lei 11.645/08?

- 1() Sim 2() Não 3() Não sabe

23 - De que forma você acredita que as temáticas História e Cultura Afro-brasileira e indígena devam ser trabalhadas na sua escola, para que todos possam compreender facilmente como surgiu o Brasil? (**escreva com suas palavras**)

24 - Você gostaria de fazer alguma observação em relação a esse questionário?
(**Escreva aqui!**)

25- Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

- 1() Sim 2() Não

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO B - Grade curricular com conteúdo programático das escolas municipais de Caucaia – anos iniciais

1º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com os elementos expressivos das artes visuais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A arte que se multiplica: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Canibos; ✓ Frotagem; ✓ Moldes ou máscaras vazadas; ✓ Colagravura.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Aprender a ouvir e a identificar os sons naturais; Reconhecer os sons produzidos pelas coisas do mundo: na rua, na escola e na casa; Reconhecer as obras do compositor Hermeto Pascoal; Fazer a diferença entre som e silêncio.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Sons do cotidiano: som da rua, da escola e da casa; Reconhecimento de instrumento musical: flauta doce e flauta transversal; Leitura de obra de arte: "Flautista", de Cândido Portinari; Diferença entre Som e Silêncio; Conto sonoro; Reconhecimento de compositor e sua obra: Hermeto Pascoal. CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação sonora – Flauta Transversal; ✓ Música de repetição: trá – lá – lá, Trio Pererê.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer o teatro de máscaras e seus elementos; Confeccionar máscaras para experimentação na improvisação a partir de estímulos diversos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Teatro de máscaras. Confeção de máscaras <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sugestão: Roteiro Didático- Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura 1º ano – Títulos: - Os Três Jacarezinhos - Contos de Grimm.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a dança como expressão cultural; Identificar os diferentes ritmos; Estimular movimentos livres orientados por músicas.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A Dança e a cultura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A dança e seus diferentes ritmos; ✓ Exercícios de movimentos livres estimulados por música.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. 2015.

2º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar cores primárias e secundárias em objetos e obras de arte; • Identificar as formas em objetos e obras de arte - pinturas
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo as cores e suas múltiplas possibilidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ As cores primárias; ✓ As cores secundárias; • Percebendo e compreendendo as formas no espaço: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Observando formas em superfícies planas: Pinturas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão: Roteiro didático – Eixo da literatura infantil ✓ Livro do acervo Maratona da Leitura 1º ano – Título: O dia em que o papel acabou – Pintura Tela (papelão). • Pesquisar sobre os pintores brasileiros.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo prático sobre as possibilidades sonoras do corpo humano: usando a voz, percutindo o corpo, descobrindo caixas de ressonância. • Identificar o som produzido pelos instrumentos musicais chocalho, Caxixi.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Sons produzidos pelo corpo; • Composição musical com sons do corpo e outros do cotidiano; • Reconhecimento do grupo Barbatuque; • Reconhecimento do instrumento musical: Chocalho; • Leitura de obra de arte: "Peixe", de Aldemir Martins; • Compreensão de Pulso; • Reconhecimento do instrumento musical – Caxixi. • CD – Sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A Cobra ✓ Peixe vivo ✓ Apreciação sonora: Caxixi.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características do teatro de fantoches e marionete.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro de fantoches e marionetes. • Utilização do acervo Literário Maratona da Leitura – Eixo de Literatura Infantil. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientações pedagógicas: Lendo, Contando e Dramatizando ✓ Títulos: - Acorde o Sol, Dom Aderbal - Pinguinho quer conhecer o Mundo
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar corporalmente melodias e ritmos variados.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A dança e o improviso; • A expressão corporal musicada.

3º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as Cores Terciárias, o branco e o preto em objetos e obras de arte; • Observar e identificar as formas em superfícies planas bidimensional.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo as cores e suas múltiplas possibilidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ As Cores: Cores Terciárias, O branco e o preto, Nuances de claro e escuro. • Percebendo e compreendendo as formas no espaço: Observando formas em superfícies planas – desenhos: com grafite, com hidrator, com lápis colorido, com giz de cera, desenho estimulado por música... <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acervo – Maratona da Leitura – 1º ano – Título: Cirandinha.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar o conhecimento dos alunos e compor lista com o nome dos animais que tem “vozes”; • Aprender a ouvir, identificar e reproduzir sons dos animais; • Fazer a leitura de obras de arte e reconhecer as obras dos compositores: Heitor Villa Lobos e Sérgio Reis.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Sons produzidos pelos animais; • Leitura de Obra de Arte de Rogério Dias; • Reconhecimento de compositores e sua obra: Heitor Villa Lobos e Sérgio Reis; • Imitação dos sons dos animais; • Composição Musical com sons dos animais CD – Sons e Musicais; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Canção Passarinhos, Trio Pererê. ➢ Sugestão do roteiro didático do Eixo da Leitura Infantil – 1º ano <ul style="list-style-type: none"> ✓ Títulos: - Acorde o sol, Dom Aderbal - De Patas, penas e escamas
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características do Teatro de Sombras. • Construir espaço cênico e reproduzir imagem de animais através das sombras.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro de Sombras: Luz, Sombra e Ação <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reprodução de imagem de animais e outras figuras em superfícies planas com auxílio da luz. ✓ Confeção de cenários
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar, através de gestos e movimentos ritmados, idéias e sentimentos; • Conhecer a pantomima e a relação estabelecida entre Teatro e Dança.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O código dos gestos e dos movimentos – A mímica. • Executar exercícios de mímica (pantomima) para estimular a capacidade criativa dos alunos.

4º Bimestre	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e contribuir formas plásticas e visuais em espaços diversos bidimensional. • Reconhecer as cores frias e quentes em diversas superfícies; • Aplicar as cores frias e quentes em diferentes técnicas;
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo as cores e suas múltiplas possibilidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ As cores quentes e frias. ✓ Sensações e sentimentos. • Percebendo e compreendendo as formas no espaço: Trabalhando sobre a superfície plana <ul style="list-style-type: none"> ✓ Colagens com jornais e revistas, recortados rendados e tecidos...
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar a audição musical, através de estudos práticos para a percepção e compreensão do som no tempo musical; • Identificar o som produzido pelo instrumento musical piano.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conto Musical: "A casa dos Bichos", de Guga Cidral. • Desenvolvimento da percepção musical a partir de conto sonoro; • Reconhecimento do instrumento musical: Piano. <ul style="list-style-type: none"> ✓ CD – Sons e Música ✓ Apreciação sonora: Piano ✓ Instrumental para o conto "A casa dos Bichos", Trio Pererê <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil, Acervo Maratona da Leitura - 2º ano. ➢ Título: Chiquita Bacana e as outras Pequetitas.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer especificidades do Teatro; • Criar formas dramáticas, movimentos corporais e expressões faciais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro mudo – Mímica; • Imitação e reprodução de movimentos e gestos. • Participação em brincadeiras populares do tipo: Seu mestre mandou...
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar um trabalho de domínio rítmico utilizando músicas de diferentes ritmos; • Trabalhar o tempo musical; • Criar coreografias com movimentos de sua criação ou orientados pelo professor (a).
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Dançando conforme a música; • Trabalhando movimentos coordenados individuais e coletivos;

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. 2015.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME
DIRETORIA DOS ANOS INICIAIS

ENSINO FUNDAMENTAL – 2º ANO
DISCIPLINA – ARTE EDUCAÇÃO

1º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as cores e suas misturas e escalas cromáticas; • Representar idéias e sentimentos nas produções culturais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • As cores e suas múltiplas possibilidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A monocromia e a policromia. • Percebendo e compreendendo as Formas no Espaço. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotografias e gravuras. ➢ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura do 2º ano - Títulos: - BzzzBzz; - As férias de Analuz.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a música, de forma gradativa, por meio de audição; • Aprender a ouvir e a identificar os sons dos elementos e das coisas do mundo; • Entrar em contato com a música e seus elementos básicos através de atividades e exercícios específicos: fontes sonoras (naturais e culturais) qualidades sonoras (duração e intensidade).
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Descoberta dos sons do cotidiano: sons da casa, da rua; • Apreciação sonora dos sons do cotidiano; • Compreensão de fonte Sonora; • Elementos da música: Sons graves e agudos. • CD – Sons e Música. • A casa que faz som – Guga Cidral; • Barata, Bicho – Folha – Guga Cidral; <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão do Roteiro Didático do Eixo de Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura do 2º ano Títulos: - Estraladabão – tao – tão, o trovão; - A Barata Tonta.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os elementos de uma peça teatral; • Conhecer algumas características dessa modalidade do teatro, confecção e manipulação de bonecos e fantoches.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de Teatro; • Elementos de uma peça Teatral: Texto, personagens e caracterização. • O teatro de fantoches – criando e confeccionando bonecos e fantoches.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com o grupo de alunos na perspectiva de dançar pequenas histórias.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A dança contando histórias: trabalhando a expressão corporal com ritmo e sentimentos adequados (emoção).

2º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Compreender as formas no espaço por meio da observação, da exploração e dos estudos sistemáticos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Percebendo e compreendendo as formas no espaço: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Observando formas em superfícies volumosas – campo plástico tridimensional: modelagens com argila, com papel machê, massa de biscuit. Sugestão: Projeto Caucaia com Arte: <ul style="list-style-type: none"> - Massinha de farinha; - Papel machê; - Argila.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Exercitar a audição musical, através de estudos práticos para a percepção e compreensão do som no tempo musical; (tempo, pulso, andamento). Produzir sons a partir de objetos como: martelo, serrote, lixa... Identificar o som reproduzido pelo instrumento musical: caixa
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Compreensão de Tempo; Compreensão de velocidade; Reconhecimento de metrônomo; Produção de conto sonoro circense; Reconhecimento do instrumento musical: caixa; Brincadeira cantada: Seu Mestre Mandou; Produção de instrumento musical: martelo, serrote, lixa; Brincadeira cantada: Com Meu Martelo; Compreensão de Pulso. CD – Sons e Música: Eu vi uma barata, domínio público. Apreciação sonora: caixa
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com o teatro e seus elementos básicos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> O Teatro: O espaço cênico. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elementos de uma peça teatral (continuação): Sonoplastia, Cenografia e Iluminação; Conhecendo e construindo o espaço cênico adequado às representações; Aprendendo a manipular bonecos e fantoches.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar os movimentos do corpo na criação e execução de coreografias.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> As danças do folclore nordestino: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisar as danças e ritmos nordestinos; ✓ Produzir as coreografias que o povo criou e perpetuou no tempo.

3º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Representar o mundo real e o mundo imaginário utilizando os elementos expressivos das artes visuais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos e brincadeiras populares: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Brincadeiras de ontem e de hoje; ✓ Confeccionar brinquedos a partir de materiais recicláveis; ➤ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura do 2º ano Títulos: As brincadeiras da minha infância; O presente que veio do céu; A grande jogada. ✓ Sugestão: Projeto Caucaia com Arte: <ul style="list-style-type: none"> - Material reciclado; - Papel machê.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os diferentes sons produzidos pelos diversos instrumentos musicais por meio de demonstrações e manipulações práticas: tambor, piano, corneta, flauta, violão. • Entra em contato com a música e seus elementos básicos para compreensão de timbre.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de instrumentos musicais: tambor, piano, corneta, flauta, violão; • Compreensão de timbre; • Brincadeira cantada: A loja do Mestre André. • CD – Sons e músicas. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Loja do Mestre André – Trio Pererê; ✓ Apreciação sonora – Tambor, piano, corneta, flauta, violão. ➤ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura do 2º ano Título: Seu Flautim na Praça da Harmonia
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o texto verbal na realização e criação de formas dramáticas, movimentos corporais e expressões faciais na representação de histórias.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciando a representação de histórias: <ul style="list-style-type: none"> ✓ do cotidiano dos alunos; ✓ da Imaginação dos alunos;
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com o grupo de alunos as danças que atualmente todos dançam.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Dançando os principais passos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Danças de hoje; ✓ Exercitar práticas de dança e seus diferentes ritmos.

4º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar as várias modalidades e diferentes materiais das artes visuais. • Fazer representações no espaço tridimensional.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Móviles a arte do equilíbrio. • Dobraduras (origami) • Confeccionar origami e montar móveis; <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão do Roteiro didático do Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do acervo maratona da leitura do 2º ano. Título: Tempo de Sol. ✓ Sugestão: Projeto Caucaia com Arte: - Placas de E.V.A
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e compreender as notas musicais como sinais que representam a altura do som musical; • Conhecer a obra de Arte de Fernando Botero – Família dos músicos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de obra de arte: Família de músicos, de Fernando Botero; • Compreensão de notas musicais; • CD – sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A família Dó, Ré, Mi – Guga Cidral.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar de forma individual e/ou coletiva histórias vivenciadas e narradas pelos alunos; • Conhecer e fazer leituras e dramatizações de pequenas histórias do lendário brasileiro.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciando a representação de histórias: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Da literatura infantil; ✓ Do lendário brasileiro. • Dramatização e construção de cenários.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover sessões de dança folclórica e produzir as coreografias do lendário brasileiro.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo fala, o corpo dança: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O código dos gestos e dos movimentos; ✓ A dança contando histórias do lendário brasileiro.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME
DIRETORIA DOS ANOS INICIAIS

ENSINO FUNDAMENTAL – 3º ANO
DISCIPLINA – ARTE EDUCAÇÃO

1º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar as várias modalidades e diferentes materiais das artes visuais; • Fazer representação no espaço bidimensional.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos e Artesanato Regional: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os brinquedos e o artesanato enquanto manifestações da cultura popular; ✓ Pesquisa e Confeção de brinquedos, utilizando materiais recicláveis. ✓ Sugestão: Projeto Caucaia com Arte: - Papel machê; - Material reciclado.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as raízes culturais brasileiras através das canções folclóricas (cearenses, nordestinas, brasileiras) seus ritmos e qualidades sonoras; • Conhecer os diversos sons produzidos pelos diversos instrumentos musicais por meio de demonstrações e manipulações práticas: zabumba, acordeom, triângulo. • Exercitar a audição musical para perceber e compreender o som no tempo musical, seminima e mínima.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação da cultura brasileira, por meio da música; • Reconhecimento da ciranda como manifestação do folclore brasileiro; • Leitura de obra de arte: Ciranda II, de Ivan Cruz; • Canto sonoro: Pra fazer ciranda, Guga Cidral; • Reconhecimento do ritmo musical baiano; • Reconhecimento de instrumento musical: zabumba, acordeom, triângulo; • Compreensão de intensidade do som; • Compreensão de tempo do som; • Compreensão da escrita da mínima e da seminima; • Compreensão de timbre; • CD – sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ciranda, cirandinha – Domínio público; ✓ Ciranda – Trio pererê; ✓ Apreciação sonora: zabumba, acordeom, triângulo.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Criar formas dramáticas, movimentos corporais, expressões faciais, sons vocais para representar ideias e sentimentos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos caracterizadores do teatro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A história – A personagem (expressão verbal, gestual e facial, vestuário, adereço, maquiagem). • Conhecendo e fazendo leituras de pequenas histórias: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dramatização de histórias do cotidiano; da literatura infantil e do lendário brasileiro. ➤ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano – Título: - Bode noivo, galinha encantada
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Entrar em contato com a dança e seus elementos básicos; • Executar coreografias do repertório cultural do Brasil.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • As danças típicas e folclóricas no Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A música; ✓ O espaço cênico; ✓ O figurino; ✓ Movimentos coordenados.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. 2015.

2º Bimestre	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Realizar exercícios múltiplos de criatividade e desenvolvimento sensório/motor. Planejar, projetar e construir maquetes de materiais diversos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Criação e construção de formas no espaço tridimensional: Trabalhando sobre superfícies volumosas – espaço tridimensional – Maquetes. Construir maquetes representando as raízes culturais brasileiras tais como: festejos nacionais, festas juninas, carnaval, folia de reis, frevo, cirandas, lendas do nosso folclore e as diferenças sociais de raça e de cor, moradias e estilos de vida. <ul style="list-style-type: none"> Sugestão: Roteiro Didático - Eixo de Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano –Títulos: A Turma da Vila Morena Chuva, sol, sombra e sombrinha.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as raízes culturais brasileiras através das canções folclóricas brasileiras, sua riqueza de ritmos e qualidades sonoras; Identificar os instrumentos musicais utilizados nas festas folclóricas
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da cultura brasileira por meio da música; Reconhecimento da Festa do Boi e da Festa Junina como manifestação do folclore brasileiro; Identificação de instrumentos musicais usados nas Festas do Boi; Identificação de canções de ninar; CD – sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apreciação sonora: maracá, triângulo, pau de chuva, berra-boi; ✓ Boi Estrela do Pererê, Trio Pererê; ✓ Boi da Cara Preta, Domínio Público; ✓ Pot-Pourri de canções juninas.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com o teatro e seus elementos básicos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Elementos caracterizadores do Teatro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O espaço cênico (cenário, iluminação, sonoplastia); ✓ Leitura e dramatização das histórias; ✓ Pesquisa e criação de cenários, iluminação e sonoplastia
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com a dança e seus elementos básicos; Executar coreografias do repertório cultural do Brasil.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> As danças típicas e folclóricas do Nordeste brasileiro (continuação): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bumba – meu – boi; ✓ Quadrilha.

3º Bimestre	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Fazer representações das outras linguagens da arte utilizando os elementos expressivos das artes visuais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Fazendo a representação de outras linguagens da arte: Representando a literatura. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Poesias ✓ Fábulas ✓ Lendas ✓ Histórias infantis Fazendo a releitura através de projetos gráficos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mosaicos, murais e painéis e pinturas; A arte e a cultura circense <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano – Título: - Lorotas, caretas e piruetas.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificar o repertório da música popular e canções folclóricas; Imaginar letras e melodias para compor repertório original e criativo; Identificar os sons produzidos pelos instrumentos musicais: trombone, trompete e flauta.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da cultura brasileira por meio da música; Reconhecimento do carnaval, das danças gaúchas e do frevo como manifestação do folclore brasileiro; Compreensão de paródia; Reconhecimento de instrumentos de sopro; CD – sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pot – Pourri de marchinhas de carnaval; ✓ Pezinho, Trio Pererê; Apreciação sonora: Trombone, trompete, flauta. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano – Título: Disque Poesia.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com a modalidade do teatro de bonecos por meio de oficinas de construção e manipulação de bonecos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> O teatro, a brincadeira do faz-de-conta: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Representando histórias utilizando bonecos e fantoches; Aprendendo a construir e manipular bonecos e fantoches;
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com a dança e seus elementos básicos; Executar coreografias do repertório cultural do Brasil.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Danças Típicas e folclóricas do Nordeste Brasileiro (continuação): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Coco; ✓ Xaxado.

4º Bimestre	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Fazer leituras e construir histórias em quadrinhos. Estudar as técnicas e características das histórias em quadrinhos
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Representando a literatura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Histórias em quadrinhos – balões e expressões; ✓ Diálogos; ✓ Imagens; As falas: Narrador e personagens. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano – Títulos: Histórias tão pequenas de nós dois; Dengue: Ação e Prevenção.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Realizar sessões de canto utilizando a música caipira (moda de viola) como manifestação do folclore brasileiro; Compreender a pauta musical como conjunto de cinco linhas horizontais, paralelas equidistantes onde são escritas as notas musicais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da cultura brasileira por meio da música; Reconhecimento da música caipira como manifestação do folclore brasileiro; Leitura de obra de arte: O violeiro, de Almeida Jr.; Compreensão de pauta musical; Compreensão de parlenda; CD – Sons e músicas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pot-pourri de parlendas; ✓ Apreciação sonora – Viola; ✓ Instrumental para o canto A casa dos Bichos. ➢ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo de Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 3º ano – Título: Disque Poesia.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e identificar os elementos da linguagem teatral por meio de diferentes formas de narrativas e estilos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Jogos de faz de conta; Utilização do acervo de literatura infantil da Maratona da leitura para encenação dos textos nas modalidades teatrais: <ul style="list-style-type: none"> Teatro de bonecos; Teatro de sombras; Circo; Teatro com atores; Fantoches... Pesquisar a Lenda do Teatro de Sombras.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com a dança e seus elementos básicos. Executar coreografias do repertório cultural do Brasil.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Danças Típicas e folclóricas do nordeste brasileiro; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Baião; ✓ Forró.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME
DIRETORIA DOS ANOS INICIAIS

ENSINO FUNDAMENTAL – 4º ANO
DISCIPLINA – ARTE EDUCAÇÃO

1º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a arte indígena e Africana suas diversas manifestações e influência na cultura brasileira.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A arte indígena e Africana: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Artesanato e objetos culturais e de utilização no cotidiano; ✓ Maquiagem; ✓ Instrumentos musicais; ✓ Folclore indígena; ✓ Folclore africano; ✓ Fabricação de tintas.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar o conceito de música, características e elementos; Identificar os símbolos da escrita musical; Criar sons utilizando instrumentos percussivos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Preparação da música em diferentes ambientes; Definição de música; Compreensão de melodia, harmonia, ritmo, escala musical e dinâmica; Música marcha soldado, de domínio público; Criação de sons por meio das notas musicais, utilizando instrumentos percussivos; Identificação de símbolos da escrita musical; CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Skala de dó.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Representar cenas do imaginário da cultura indígena e africana através de atividades teatrais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Utilizando a modalidade teatral, Teatro de fantoches, criar cenários e produzir os personagens para encenação da Lenda do Folclore indígena Vitória Régia e Lenda do Folclore africano O Sapo e a Cobra.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com a dança e seus elementos básicos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A dança: Conceituação; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sua importância; ✓ Elementos: A música, o bailarino, o espaço cênico; ✓ Diversas modalidades.

2º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as formas que constituem a composição nas artes plásticas (geometrismo) na cultura indígena do Brasil e em outros países.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A arte indígena no Brasil e em outros países; • O geometrismo na arte indígena; <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura 4º ano – Título: As margens do Amazonas.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a sequência das notas musicais; • Escrever utilizando a linguagem musical.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Brincadeira cantada com escala de dó; • Sequência das notas musicais; • Música: A casa: Toquinho e Vinícius de Moraes; • Produção Musical; • Treino de improvisação; • Conto musical – A velha a fiar; • CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Brincadeira cantada: A velha a fiar.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Representar cenas do imaginário da cultura indígena e africana através de atividades teatrais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizando a modalidade teatral, teatro de bonecos de fio-marionetes, criar cenário e produzir os personagens para a encenação da Lenda do Folclore Indígena – Iara e a Lenda do Folclore africano – lemajá.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar melodias e ritmos da cultura indígena através do corpo.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo Fala, o corpo Dança: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O código dos gestos e dos movimentos; ✓ A dança contando histórias da cultura Indígena e Africana – coreografias produzidas pelos alunos com orientação de pesquisas diversas com a supervisão do(a) professor(a).

3º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Representar o mundo real e o mundo imaginário utilizando os elementos expressivos das artes visuais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenho e pintura tendo como referência as festas folclóricas e os folguedos populares; • Experimentar as diversas técnicas do desenho e da pintura. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sugestão: Roteiro Didático - Eixo da Literatura Infantil ✓ Livro do Acervo Maratona da Leitura - 4º ano - <p>Titulos: Memórias de uma Pizza A peleja do Voleiro Magri'im com a Formosa Princesa Jezebel. As margens do Amazonas.</p>
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Definir ritmo; • Identificar instrumentos musicais utilizados nas canções e ritmos do folclore brasileiro; • Produzir instrumentos musicais utilizando materiais recicláveis • Diferenciar música popular e música erudita.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão de ritmo; • Música Samba Lelê - de domínio publico; • Ritmos brasileiros; • Produção de instrumento musical: Clavas; • Personagens folclóricos: Saci Pererê; • Conto musical – Samba do Pererê; • Leitura de obra de Arte: Músicas de Hector Bernabó – Carybé; • CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Jogos de percussão: Ziquele, buquele; ✓ Conto do Pererê; ✓ Apreciação sonora: Agogô de madeira, bambu, pandeiro, clavas.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar-se corporalmente por meio de falas e improvisação; • Ampliar a percepção estética e promover a comparação entre o real e o imaginário.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizando a modalidade teatral, teatro com atores, criar cenários, figurino, maquiagem para encenação da Lenda o Boto do Folclore Indígena.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as cerimônias indígenas e africanas e associar os símbolos utilizados.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo Fala, o corpo Dança (continuação); <ul style="list-style-type: none"> ✓ O código dos gestos e dos movimentos; ✓ Os símbolos utilizados nas danças religiosas indígenas e africanas; ✓ A dança indígena consiste em uma linguagem poderosa que celebra algum fato ou ato em relação a vida e os costumes do seu povo.

4º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as técnicas de ampliação e redução de desenhos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O Desenho: técnicas de ampliação e redução de desenhos. • O grafite.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a diversidade musical que compõe a cultura brasileira. • Identificar os instrumentos musicais de percussão utilizados nas manifestações populares.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da diversidade musical brasileiro; • Brincadeira cantada: Cacuriá do Jabuti; • Apresentação dos instrumentos musicais de percussão mais utilizados nas manifestações populares do Brasil, e seus diferentes timbres: pandeiro, triângulo, zabumba, matraca, agogô. • CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O Brasil é bem legal; ✓ Cacuriá do Jabuti.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar-se corporalmente por meio de falas e improvisação; • Ampliar a percepção estética e promover a comparação entre o real e o imaginário.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizando a modalidade teatral, teatro com atores, criar textos, cenários e figurinos sobre mitos, suas festas e rituais.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a Dança como forte expressão da cultura. • Conhecer as diversas nações indígenas e africanas e identificar as danças específicas de cada povo.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo Fala, o corpo Dança (continuação): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os povos indígenas e suas tradições culturais; ✓ Danças indígenas – individuais ou em grupos; ✓ As Danças Sagradas.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME
DIRETORIA DOS ANOS INICIAIS

ENSINO FUNDAMENTAL – 5º ANO
DISCIPLINA – ARTE EDUCAÇÃO

1º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a comunicação como a troca de informações entre duas ou mais pessoas. Identificar as múltiplas linguagens da comunicação.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A comunicação e as múltiplas linguagens: <ul style="list-style-type: none"> ✓ As linguagens de sinais: Libras; ✓ Sinais Sonoros; ✓ Onomatopéias. A cultura do Brasil em festas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Carnaval e seus ritmos.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os instrumentos musicais utilizados por outras culturas; Conhecer o som produzido pelos instrumentos musicais em estudo; Valorizar a música como fator de influência religioso em algumas sociedades.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Ritmos musicais de outros países; Diferenças e semelhanças entre ritmos do Brasil e de outros países; Reconhecimento de instrumento musical indiano: A tabla e seu timbre; A música e a função religiosa em algumas sociedades. CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instrumentos para apreciação de sons: Derbak, Tabla, Kalimba, Gaita de fole, Xilofone, metalofone e Condiúte; ✓ Som de Tabla - (Rodrigo Pererê); ✓ Conto Indiano – (Guga).
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer os Folguedos como manifestações artísticas que na sua maioria está ligado a um tema religioso.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Folguedo - O bumba meu boi; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tema: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A morte e a ressurreição de um boi; ▪ As várias denominações nas regiões do Brasil; ▪ Sua coreografia, figurino e cenário.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer os Folguedos como manifestações artísticas que se utilizam da música, da dança e do teatro.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A dança: Folguedos - expressão artística ligada a um tema religioso. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Religiosidade e a dança – a cultura afro-brasileira. ▪ Referência Bibliográfica: A Arte e Caminhos – Metodologia editora SEFE 1º ano 5º anos).

2º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e identificar desenho como forma de comunicação; • Apreciar a diversidade das técnicas de reprodução de imagens; • Desenhar a partir de diversos tipos de referências relacionadas à pré-história e outros períodos da história.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O desenho e a comunicação: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A linguagem visual; ✓ O desenho Rupestre: A arte na pré-história, as pinturas na caverna; ✓ Pictogramas antigos: Os hieróglifos, a escrita cuneiforme; ✓ Pictogramas atuais – As placas de trânsito e outras placas. ✓ Filme de desenho animado: Os Flintstones. ✓ História em quadrinhos: Piteco – personagem da turma da Mônica.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as notas musicais como símbolos da escrita musical universal; • Criar partituras utilizando os conhecimentos adquiridos. • Reconhecer os ritmos dos países que influenciaram nossa cultura durante o período da colonização.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e reconhecimento das notas musicais na pauta; • Clave de Sol; • Leitura interpretação de partituras elaboradas pelos alunos; • Cànone com Frere Jacques; • Solfejo das notas de uma escala musical; • CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Canção folclórica da África – (só com tambores) ✓ Canção folclórica da França – (só com violino); ✓ Pout Pourri (tue-tue-África/Okinakuri – Japão, La bella polenta – Itália, Noruega distante – Noruega, Garibaldo – Portugal.)
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e valorizar formas teatrais tradicionais e contemporânea do Brasil e do mundo.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O teatro e sua história: Evolução do Teatro ao longo do tempo. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Jogo de contar histórias misturando frases e mímicas; ✓ Leitura de imagens, criar cenas de Teatro de sombras (com as mãos e usando a sombra do corpo inteiro). ✓ Construção de bonecos de teatro de sombra turco, criar diálogos e cenas.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a composição dos elementos que caracterizam o movimento na dança; • Reconhecer a evolução da dança.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A dança e o movimento: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elementos que caracterizam o movimento, força, espaço, tempo e fluência; ✓ A dança como produto das relações socioculturais que permeiam a história da humanidade; ✓ A dança e as atividades de aquecimento.

3º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Analisar obras de arte que representem diferentes paisagens em diferentes tempos; Fazer autorretrato a partir da observação da própria imagem no espelho.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A Arte Postal: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Selos; ✓ Cartões Postais e as paisagens; ✓ A rua como galeria de arte; ✓ Cartas enigmáticas; Retratos e autorretratos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceitos; ✓ Maneiras diferentes de fazer retratos; ✓ A expressão no retrato.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Classificar os instrumentos musicais (sopro, percussão, cordas e eletrônico); Confeccionar instrumentos musicais utilizando materiais recicláveis; Reconhecer os elementos necessários para uma orquestra.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificação dos instrumentos musicais de uma orquestra; Reconhecimento dos diferentes timbres desses instrumentos; Bingo musical; Importância da presença do maestro diante da orquestra; CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação dos instrumentos de uma orquestra (gravar em Sampler); ✓ Sampler para instrumentos de orquestra; ✓ Sampler para instrumentos de banda.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Criar formas dramáticas – movimentos corporais, expressões faciais, sons vocais para representar ideias e sentimentos. Entrar em contato com peças teatrais e outros textos literários de diferentes épocas.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A leitura das representações: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O exercício da percepção Cenas do cotidiano (histórias reais vivenciadas/assistidas); Cenas do imaginário (criadas pelo aluno); Textos da dramaturgia universal; Textos da literatura (poesia, contos, fábulas...).
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer alguns aspectos da história da dança realizando pesquisas e sessões de estudo; Entrar em contato com os diferentes ritmos e danças.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> A História da dança; As danças: Individuais e grupais; Os grupos de estilos da dança: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dança clássica; ✓ Dança de salão; ✓ Dança moderna; ✓ Dança rítmica.

4º BIMESTRE	
Área: Artes Visuais	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriar-se do conhecimento sobre a relação entre as artes plásticas e a fotografia e dos recursos que captam o movimento nas imagens; • Reconhecer e exercitar os recursos e tecnologias do audiovisual contemporânea, seus elementos formadores e de composição da arte.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação de massa: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A imprensa escrita: Jornal e Revista; ✓ A televisão; ✓ O cinema; ✓ A fotografia; ✓ Outras tecnologias – mídias; • Trabalhar a obra do pintor Pablo Picasso – Corpo e garrafa de Suze (1912). <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer releitura da obra.
Área: Música	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar a música popular brasileira dos ritmos de outros países; • Reconhecer a influência de outras culturas na formação da cultura do povo brasileira.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Composição musical com escala em Dó maior; • Atividades de improvisação e paródia com os ritmos do Brasil e do mundo; • Encontrando possibilidades de reger as composições dos colegas; • Jogos rítmicos de imitação; • CD – sons e música: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compondendo música brasileira com influência de sons de outros países (karaoke); ✓ Brinquedo de Roda “Conga”; ✓ Melodia para o hino (criação do Hino da sala de aula); ✓ Conto de outros lugares – como surgiram as estrelas.
Área: Teatro	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os elementos que caracterizam o teatro.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O teatro e seus elementos caracterizadores: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Texto; ✓ Personagens; ✓ Caracterização; ✓ Sonoplastia; ✓ Cenografia; ✓ Iluminação.
Área: Dança	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Entrar em contato com diferentes ritmos e danças; • Coordenar os movimentos do corpo na criação e execução de coreografias; • Identificar as danças circulares e sua origem.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • A dança – Seus tipos e suas origens: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Samba, sapateado, balé, can can, hap hop... • As danças circulares – danças coletivas mais antigas da humanidade.

ANEXO C - Grade curricular com conteúdo programático das escolas municipais de Caucaia – anos finais



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO – ANOS FINAIS

GRADE CURRICULAR

Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano

LEGISLAÇÃO		ÁREA DE ENSINO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL				Carga Horária Anual
				6º	7º	8º	9º	
LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9394/97	BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	200
			ARTE – EDUCAÇÃO	1	1	1	1	40
			EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	80
		CULTURA E SOCIEDADE	HISTÓRIA	2	2	2	2	80
			GEOGRAFIA	2	2	2	2	80
			ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	1	40
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS NATURAIS	2	2	2	2	80	
		MATEMÁTICA	5	5	5	5	200	
	PARTE DIVERSIFICADA	PARTE DIVERSIFICADA	INGLÊS	2	2	2	2	80
					22	22	22	22

Observações:

1. Dias letivos: 201 dias
2. Carga horária anual 6º ao 9º ano: 880 horas
3. Semanas letivas: 40
4. Carga horária semanal 6º ao 9º ano: 22
5. Os Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual e Interdisciplinaridade, pretendendo que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às quedas da atualidade.
6. O ensino sistemático para a educação das religiões étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme a Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, será trabalhado, em especial, nos componentes curriculares da Educação Artística, Literatura e História do Brasil.